



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 048

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 99ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Considerações sobre a dívida externa do Governo do Estado de São Paulo.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Sugestão ao Ministro Chefe do Gabinete Civil, no tocante à concessão de passes de ônibus para o funcionalismo público.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Telex enviado por S. Exª a autoridades da área econômica do governo federal, reivindicando maior liberação de recursos para a comercialização do trigo no Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Ratificação de posição tomada por S. Exª, no documento de repúdio ao colégio eleitoral.

DEPUTADO RUY CÔDO — Considerações ao episódio ocorrido no município paulista de Guariba.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA — Pesar pelo falecimento do Desembargador Silvio Pêlico Porto, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

DEPUTADO CUNHA BUENO — Considerações sobre a demissão do Secretário de Transportes do Estado de São Paulo e críticas à administração Franco Montoro.

DEPUTADO ISRAEL-DIAS NOVAES, como líder — Defesa da Administração Franco Montoro, face críticas formuladas pelo seu antecessor na tribuna.

DEPUTADO CUNHA BUENO, como líder — Contraditando o discurso do Sr. Israel Dias-Novaes.

1.2.2 — Ofício

De presidente de comissão mista, solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer de matéria que menciona. **Deferido.**

1.2.3 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Marcondes Gadelha e acolhida pela presidência, relativa à inexistência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 100ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CARLOS VINAGRE — Realizações da Secretaria de Administração do governo do Pará.

DEPUTADO ISRAEL DIAS-NOVAES — Falecimento do escritor Pedro Nava.

SR. PRESIDENTE — Associa-se, em nome da Mesa, às homenagens prestadas a Pedro Nava pelo orador anterior.

DEPUTADO RAYMUNDO ASFORA — Apoio recebido por S. Exª, por parte do Instituto dos Advogados de Campina Grande-PB, para conclusão de relatório parcial sobre o novo Código de Processo Penal.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Defesa das eleições diretas já. Homenagem à jornalista Consuelo Badra, pelo transcurso de seu aniversário.

DEPUTADO RUY CÔDO — Despedida de S. Exª da atividade parlamentar, face o retorno do titular do

mandato. Projeto de lei apresentado por S. Exª à Câmara dos Deputados, que proíbe o uso de robôs e computadores nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

SR. PRESIDENTE — Saudação ao Sr. Ruy Côdo, no momento em que S. Exª se afasta do trabalho parlamentar.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUBLICY — Incidentes ocorridos ontem em Guariba-SP, entre a polícia e manifestantes contrários à elevação das taxas de água e luz, tendo em vista a baixa remuneração de cortadores de cana e "bóias-frias" daquela região.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Carta do cientista e professor Otto Alcides Ohlweiler ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que recusa o título de **doutor honoris causa**, outorgado por aquela universidade.

DEPUTADO JORGE CARONE — Esclarecimentos sobre o episódio da destituição de S. Exª da Prefeitura de Belo Horizonte.

DEPUTADO AMADEU GEARA — Série de reportagens, iniciada na última 2ª-feira pelo **Jornal da Tarde**, sobre a situação das micro, pequena e média empresas no Brasil, e seu papel na economia nacional.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 32/83, que dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste. (Tramitando em conjunto com o item seguinte). **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

— Proposta de Emenda à Constituição nº 37/83, que restabelece a destinação constitucional de três por cento da renda tributária na execução do plano de defesa contra os efeitos da seca do Nordeste. (Tramitando em conjunto com o item anterior). **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

2.4 — PRONUNCIAMENTOS DE LIDE-RANÇAS

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO, pelo PMDB — Considerações sobre a eleição, na data de hoje, para a Presidência do Clube Militar.

DEPUTADO EDISON LOBÃO, pelo PDS — Reparos ao pronunciamento de seu antecessor na tribuna

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — REPUBLICAÇÃO

Trecho da Ata da 88ª Sessão Conjunta, realizada em 9-5-84.

Ata da 99ª Sessão Conjunta, em 16 de março de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolpho Bitencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epi-tácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludge-ro Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Fer-raz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linha-res — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vas-concelos — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; João Herrmann — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Ruy Codo — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilon Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Paulo Mincarone — PMDB.

Amapá

Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 207 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Segunda-feira passada, dia 13, estive com o Governador Franco Montoro e o Secretário Roberto Gusmão, levando a minha apreensão relativamente às contas de água e luz que estão se elevando assustadoramente.

Explicava-me o Governador que a culpa não é do Governo, principalmente do Governo de São Paulo, no momento.

Verifiquei depois, no jornal *O Estado de S. Paulo* um artigo sobre a dívida externa do Estado de São Paulo. Eilo:

“A Cesp é uma das empresas estaduais mais prejudicadas pela administração anterior — ou seja, Paulo Maluf — com dívidas externas que se elevam a US\$ 2,5 bilhões, feitas para a compra de 35 unidades geradoras que somente entrarão em operação entre 1989 e 1991 nas usinas de Rosana, Taquaruçu, Porto Primavera e na barragem de Três Irmãos. Os contratos com as empreiteiras nacionais para a execução dessas obras se elevam, a valores de hoje, a Cr\$ 1,5 trilhão. Há um atrasado de pelo menos Cr\$ 170 bilhões, a preços de dezembro de 1983, sobre o qual incide correção monetária.”

Ora, com a elevação dos juros dos empréstimos externos, como aconteceu agora há poucos dias, nós temos a dívida de São Paulo crescendo assustadoramente. Quem paga isso? Quem paga é o consumidor.

Além disso, temos também o problema da água, cuja taxa não é estabelecida pelo Governo de São Paulo, mas pelo Governo Central através do PLANASE. Então, o

Governo de São Paulo sofre sérias restrições, ameaças e uma série de gestos e atitudes que comprovam o desespero da população com o preço da água e da luz.

Veja, Sr. Presidente, que isso confirma logo em seguida a minha preocupação. Houve na cidade de Guariba o levantamento dos bóias-frias, dos cortadores de cana que invadiram a cidade, quebraram supermercados, e quebraram dois postos da SABESP.

Qual a reivindicação dessa gente? Redução do preço da água. No País inteiro, hoje, a água é cobrada a preço exorbitante; a conta de luz também. Então o povo já não pode mais pagar a conta de água e luz.

Eu tenho conta de água e luz de uma casa de 3 cômodos que chegou a Cr\$ 170.000,00. É o abuso, o desrespeito para com o povo, é a insensibilidade, é a irresponsabilidade, é a impunidade, e o povo vai pagando porque está ainda com resquícios de medo, o povo tem medo de certas coisas.

Aqui mesmo, o que aconteceu, quando nós queríamos mudar alguma coisa? Foi feita uma emergência na Cidade de Brasília onde até os jogadores foram presos, até as crianças das escolas foram atacadas, até aqueles que iam comer um churrasco tiveram as suas facas tomadas.

São os abusos ameaçando o povo. O povo está desesperado, não pode mais pagar água e luz, quanto mais o aluguel que também sobe assustadoramente. É esta apreensão, esta preocupação que está me tomando o dia constantemente. Por quê? Porque já estou vendo aqui nos jornais: “Quebraram os dois postos da SABESP”.

Pediram o que? Redução das contas de água.

É preciso que o Governo central, que está determinando essas medidas tome sérias providências, porque a coisa está ficando feia. No interior, estamos num desespero; o povo não está ganhando para comer, quanto mais para pagar conta de água e luz que sobe todos os dias, sem se falar no telefone, na gasolina e em tudo que está subindo. A água é coisa necessária, indispensável e está subindo sem nenhum controle, sem nenhuma preocupação com a miséria dessa gente. No Nordeste a água já não vai, nas cidades a água chega mas a esse preço.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Inicialmente, quero fazer um ato de justiça ao Sr. Ministro Leitão de Abreu, na resposta que S. Ex^a me mandou a uma sugestão que nós fizemos a S. Ex^a, no sentido de se transferir o uso dos ônibus e de outros comboios por um passe que seria distribuído a todos os órgãos, para facilitar o problema do funcionário público que tem que se locomover de um lugar a outro. Já tivemos inclusive um debate numa das tevês aqui de Brasília, com um grupo de empresários de ônibus, e eles acharam perfeitamente razoável e exequível a utilização desses espaços. Isso facilitaria ao funcionário que não se ateria àquele horário específico em que passa o ônibus, e também poderia baratear o custo da passagem no próprio Distrito Federal, assim como em todos os lugares, mas especificamente no Distrito Federal, em razão da maior utilização dos ônibus particulares. Isso poderia baratear o custo, porque o custo é cobrado por quilômetro rodado. Fizemos uma sugestão a S. Ex^a e como resposta tivemos uma carta muito simpática, dizendo que já endereçou a nossa sugestão a um grupo de trabalho que tem interesse há algum tempo nesse sentido e que consultará os órgãos e posteriormente nos dará uma resposta.

Nesta minha palavra escrita, eu gostaria de deixar a minha gratidão ao Sr. Ministro Leitão de Abreu pela fineza da atenção de um brasileiro que não pertence ao Partido de S. Ex^a mas que quer ajudar, que quer apenas

colaborar para que essa máquina tão emperrada possa movimentar-se com mais agilidade, com mais velocidade. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCISCO DIAS EM SEU DISCURSO:

João Leitão de Abreu

Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil

Ao Senhor Deputado Francisco Dias, em atenção a sua carta de 18 de abril último: pronunciamento do DASP em torno da sugestão de substituição do transporte coletivo concedido ao funcionalismo, pela distribuição de passes gratuitos. A matéria será examinada em profundidade pela Secretaria de Serviços Gerais. — Cordialmente, **Leitão de Abreu**.

Em 10-5-84

Aviso nº 159

Brasília, 30 de abril de 1984

Ao Excelentíssimo Senhor
Professor João Leitão de Abreu
MD. Ministro-Chefe do Gabinete Civil da
Presidência da República
Brasília — DF

Senhor Ministro-Chefe,

Em atenção à solicitação de Vossa Excelência, cumpre esclarecer que, relativamente à sugestão apresentada pelo Deputado Francisco Dias, de substituição do transporte coletivo concedido aos servidores públicos pela distribuição de passes gratuitos, este Departamento manifestou-se favorável, recentemente, embora em hipótese diferenciada, à concessão de passes a determinados servidores do Ministério da Agricultura, quando patenteado o interesse da Administração, vez que os serviços daqueles são requisitados em horários especiais.

2. No que concerne, especificamente, às vantagens enumeradas pelo mencionado parlamentar, entende o DASP que a distribuição generalizada dos passes, entretanto, constitui matéria digna de estudo mais acurado, face às múltiplas implicações que comporta, visto como:

a) patenteia-se, desde logo, a coincidência de horários, na utilização dos veículos coletivos, por parte dos servidores e da população em geral, demandando, certamente, um reescalonamento dos expedientes no Serviço Público;

b) impõe-se a adoção de providências impeditivas, quanto à possibilidade de os servidores venderem os passes que lhes forem cedidos, como, **verbi gratia**, a personalização de tais passes, decorrendo custos adicionais de produção e controle.

3. Ressalte-se, no que tange ao aprimoramento das contratações de serviço de transporte coletivo, que este departamento está atento ao assunto, procurando evitar ou diminuir propostas menos favoráveis aos interesses do Serviço Público, como fazem testemunho os atos normativos já expedidos pelo Sistema de Serviços Gerais — SISG.

4. Ante ao exposto, informo já determinei à Secretaria de Serviços Gerais deste Departamento que aprofunde os estudos sobre a matéria, no que respeita, primordialmente, à contenção dos gastos públicos, devendo, com tal objetivo, considerar de alta valia os subsídios do ilustre congressista.

Na oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência, o meu mais alto apreço e discrição consideração. **José Carlos Soares Freire**, Diretor-Geral do DASP.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já estamos calejados de testemunhar esta crônica desatenção para com a produção primária do nosso Estado. Mais uma vez, repete-se o martirólogo a que estão submetidos os produtores do nosso Estado. Desta feita, a Fecotriga encaminha a todos os parlamentares cópias de um telex dirigido à área econômica do Governo, solicitando atenção e apoio para o seguinte:

“De: FECOTRIGO — Presidência

P/Sr. Presidente Assembleia Legislativa P. Alegre

Estamos encaminhando ao nobre parlamentar a cópia do telex enviado à área econômica do Governo por esta Federação, para o qual solicitamos sua atenção e apoio.

Considerando valores básicos de custeio trigo foram fixados níveis inferiores efetivo custo de produção e que os limites de financiamento para médios e grandes produtores de 60 e 40 por cento, respectivamente, dos VBC, não estimulam formação destas lavouras;

considerando que esta defasagem dos financiamentos e deficiência de recursos estão levando produtores a reduzir área plantada de trigo no Rio Grande do Sul, causando prejuízos incalculáveis para a economia do Estado;

considerando, ainda, a falta de recursos para comercialização presente safra;

solicitamos de vossência a urgente determinação de estudos para elevação dos limites do VBC para 80 e 60 por cento, a fim de que não se frustrem nossas expectativas de plantio do cereal, bem como a imediata liberação de recursos para comercialização da safra em andamento.

Contando com mais este decidido apoio, renovamos nossos protestos de estima e consideração. Saudações

Jarbas Pires Machado — Presidente FECOTRIGO.”

Este o teor do telex que o Dr. Jarbas Pires Machado, Presidente da FECOTRIGO, encaminhou à área econômica do Governo e acerca do qual pleiteia que se manifestem também os parlamentares que integram a representação gaúcha no Congresso Nacional.

A propósito, do mesmo tema foi recebida ainda manifestação de reforço à reivindicação formulada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através de expediente firmado pelo seu Presidente Deputado Renan Kurtz.

Devo dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que na manhã de hoje, na reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural, a qual integro, encaminhei uma proposta no sentido de que aquela Comissão também se engaje neste pleito que é justo e oportuno, de modo a obter, enquanto ainda é tempo, a revisão dos critérios que foram adotados para o financiamento, assim como dos critérios que foram adotados para a fixação do valor básico de custeio, que a juízo dos produtores, calcados em idôneos levantamentos está sendo impugnado como irreal.

Esta a comunicação que faço nesta sessão do Congresso Nacional, para salientar uma vez mais a necessidade urgente de definição de critérios mais lógicos e coerentes no que concerne à política agrícola, de modo a prevenir estes periódicos litígios que se instalam na área da produção primária, por ocasião de cada safra, em virtude da falta de critérios mais convenientes com o incremento da produção agropecuária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LÉLIO SOUZA EM SEU DISCURSO.)

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete da Presidência**

Porto Alegre, 8 de maio de 1984.

Considerando a gravidade da situação criada pela fixação do VBC para o trigo, em nível insatisfatório para os produtores, bem como a falta de recursos para comercialização da atual safra, encarecemos a necessidade de serem mobilizadas as bases de cada um dos parlamentares, visando um movimento global que force o Governo Federal a modificar sua decisão.

Por oportuno encarecemos a necessidade de serem acionados todos os esquemas parlamentares, e de influência junto aos responsáveis pela área econômica, com objetivo de defender a economia gaúcha, num setor já tão sacrificado.

Certo de podermos contar com seu apoio e participação, encaminhamos em anexo cópia da correspondência recebida da FECOTRIGO, que claramente define a situação.

Saudações, **Deputado Renan Kurtz**, Presidente.

Ao Exmº Sr.

Deputado Lélio Souza,
Câmara dos Deputados,
Brasília — DF.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A fim de preservar a dignidade da representação popular de que estamos investidos, firmamos um documento, cuja íntegra já e do conhecimento desta Casa. Documento esse “Repudiando toda e qualquer forma de eleição sem povo” e nos comprometendo, perante à Nação, a não participar do espúrio Colégio Eleitoral, que dissemos reiteradas vezes, durante a campanha pelas “Diretas, já”, ser exatamente espúrio, filho do arbítrio e destinado ao sepultamento por já estar apodrecido e nos causando náuseas.

Sr. Presidente, é estranho, todavia, que alguns companheiros tenham estranhado esta nossa iniciativa. E mais estranho ainda é que seus argumentos não resistem a mais superficial análise crítica.

Dizem, em primeiro lugar, que “o momento não é oportuno; que nós nos precipitamos” em firmar este documento.

Concordo, em parte, Sr. Presidente, que não seja oportuno o momento, mas não concordo que tenhamos nos precipitado. Não é oportuno porque esse documento deveria ser elaborado e assinado já no dia seguinte ao mologro da emenda Dante de Oliveria ou até mesmo, em cima do palanque quando fizemos a nossa pregação. Se afirmamos tal convicção durante a campanha, perante o povo, lá já estava “firmado” esse compromisso com a Nação, e apenas agora, serodamente talvez, formalizamos o compromisso, mas em hipótese alguma “precipitadamente”.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, estranhamos que afirmem que estrategicamente estamos cometendo um erro histórico, mas se esquecem, esses nossos diletos companheiros, que não estamos tomando uma postura estratégica, nós estamos tomando uma postura ética, acima de tudo.

Talvez tenhamos prejudicado a estratégia de poucos, que a pretexto de “negociar ou dialogar”, estejam coonestando com o sistema, em busca de uma fórmula de

galpar o poder, jogando com o cacife, que na intimidade eles chamam de "massa de manobra".

Sr. Presidente, negamo-nos a aceitar a condição de caudatários, de iluminados que, muito cedo, se esqueceram do compromisso assumido com a Nação nas ruas, e reafirmamos aqui, mais uma vez, que a nossa posição não mudou com a mudança de alguns iluminados.

Reconheço que no momento nesta Casa somos minoria. O nosso documento tem, por enquanto, apenas 30 assinaturas de Deputados e 5 de Senadores, mas temos consciência de que, lá fora, somos a maioria esmagadora, e nada mais estamos fazendo do que refletir as aspirações de mais de 90 por cento da população brasileira.

A campanha de rua está em recesso. A Emenda Dante de Oliveira não alcançou os 2/3 na Câmara para lograr êxito, e enganam-se aqueles que pensam que, por causa disso, a opinião pública mudou.

O povo, Sr. Presidente, está quieto hoje, é verdade, mas está de olho em seus representantes, e deles cobrará em breve o comportamento de hoje.

Leio na **Folha de S. Paulo**, edição de domingo, dia 13, os dados da mais recente pesquisa. À indagação sobre a escolha do próximo Presidente da República, através do Colégio Eleitoral, apenas 9,9% de São Paulo responderam que aprovam; no Rio, 5,7%; em Belo Horizonte, 2,0%; em Salvador, 3,5%; em Porto Alegre, 8,7% e, em Curitiba, 6,3%. E concluo, a média ponderada, portanto, aponta que apenas 7,3% desse universo aprovam a escolha através do espúrio Colégio Eleitoral, enquanto que 92,7% continuam contra. E nós, signatários desse documento, refletimos, portanto, os anseios dos 92,7% do povo.

Quem acha que estamos errados que voltem às suas bases e consultem o povo. Depois venham somar a sua força à nossa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Codo.

O SR. RUY CODO (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Aquilo que, de longa data, vínhamos pregando nesta tribuna está acontecendo e, lamentavelmente, ocorrendo no meu Estado de São Paulo. Tudo fruto de um passado triste cujo Governo não se preocupou com a sociedade brasileira, mas com as viagens para a China, Japão, Espanha e toda a parte do mundo; um Governo que ficou quase que 1/3 do seu mandato viajando. E aí temos a resposta, começando por São Paulo. O que ocorreu ontem, Sr. Presidente, em Guariba, uma cidade pacata da interlândia paulista, para nós paulistas, foi uma vergonha. Neste instante, quando milhões de brasileiros estão desabrigados, favelados, realmente, não se justifica a elevação dos preços do consumo da água, que é um produto de Deus. Mas pior que isto é o custo de vida nacional. Não existe planejamento para nada neste País.

Se alguns Deputados do PDS, que é oposição em São Paulo, vêm criticar, desta tribuna o Sr. Governador, de que S. Ex.^a elevou os preços, eu pergunto: "de que maneira S. Ex.^a há um ano atrás recebeu essa SABESP? Um verdadeiro cabide de empregos Sr. Presidente, onerando de tal maneira que ainda é descarregado no bolso do consumidor. Essa revolta não está se dando somente na SABESP, dá-se também no problema da eletricidade que é determinação federal. Como também, Sr. Presidente, o problema do telefone que aumenta a toda hora, a todo instante, sendo que o telefone é fabricado aqui. No entanto, paga-se uma taxa elevadíssima. Eu não posso entender, Sr. Presidente; um país rico como o nosso, não pode viver dessa maneira, com a população a ter que enfrentar um Estado, a ter que enfrentar tudo. E aí estão os

saques. Um país rico como o nosso não pode continuar assim.

Infelizmente, Sr. Presidente, não terei mais a oportunidade de vir a esta tribuna para clamar por justiça, porque o povo exige, está a pedir uma modificação, uma reformulação de tudo, principalmente das ordens que emanam de cima, do Governo. Porque os preços sobem, os salários são poucos, e aí o povo se revolta.

Deixo aqui o meu voto de tristeza, lamentavelmente, com o que ocorreu em São Paulo. Isso foi o início, Sr. Presidente. É preciso que algo se faça e urgentemente! Nós estamos muito preocupados aqui com as diretas, com os quatro presidenciáveis, a toda hora e a todo instante saindo pelas televisões, pelos rádios, pelos jornais! E nós a discutirmos o sexo dos anjos, enquanto a população está morrendo de fome, enquanto a população está exigindo deste Congresso mudanças.

Sr. Presidente, na verdade, vim a esta tribuna para dizer a V. Ex.^s que nada mais natural, na trajetória de um parlamentar Vereador, Deputado ou Senador — do que enfrentar, no decorrer das oscilações, entevros e ilustrações da vida política, desafios e problemas cotidianos, — desde a conquista do mandato nos rudes pleitos eleitorais, a consagração ou a derrota nas urnas, o desempenho funcional, — brilhante, eficaz ou apagado — até a hora derradeira do seu afastamento, quando retorna à planície, ao recolhimento das atividades profissionais e à tranquilidade da existência normal, com a família e os amigos.

Neste momento, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, estou vivendo, nesta tribuna, o instante melancólico — e por que não dizer? — doloroso, da minha despedida, aquela inevitável e triste experiência que todos os parlamentares, mais cedo ou mais tarde, vivem e incorporam à sua biografia.

Sinto-me, todavia, duplamente recompensado ao me afastar desta augusta Casa, do Poder Legislativo, à qual me dediquei durante duas legislaturas consecutivas e, nesta fase atual, como suplente, todas as minhas energias, todo o meu entusiasmo e todas as veras do meu ego e a minha integral fidelidade.

Em primeiro lugar, a satisfação do dever cumprido, no limite das minhas potencialidades, ou seja, a certeza de que o meu desempenho parlamentar correspondeu às expectativas e à confiança dos que me elegeram, da minha gente e da minha querida terra bandeirante.

Dirijo, por conseguinte, as expressões do meu profundo reconhecimento a São Paulo, ao seu bravo e magnânimo povo, e muito especialmente aos meus amigos, nesta hora em que me afasto do Congresso Nacional a fim de devolver ao ilustre titular do mandato, a cadeira.

Em segundo lugar, seja-me permitido, sem complexo de inferioridade ou falsa modéstia, asseverar que a missão que me foi confiada pelo nobre povo paulista, inclusive anteriormente como Vereador na Câmara Municipal de São Paulo, na Legislatura de 1964 a 1966, como representante do MTR, partido pelo qual me candidatei naquela oportunidade e logo em seguida, Deputado Estadual durante dois mandatos na Assembleia Legislativa do Estado (1967 a 1975) — pode ser avaliada, pelas suas dimensões e resultados, como fecunda e digna de respaldo.

Foi, indiscutivelmente, um desempenho honesto, coerente e positivo, levado a efeito nos parâmetros das minhas possibilidades estaduais e políticas.

Para comprová-lo, aí estão os inúmeros projetos que apresentei e os discursos formulados da tribuna parlamentar, da Câmara e do Congresso Nacional, bem como os trabalhos desenvolvidos nas Comissões Técnicas da Casa, sobre problemas de São Paulo e do Brasil.

Assíduo e tenaz, destaco no heterogêneo elenco das minhas prioridades, como parlamentar e cidadão, os trabalhos que, refletindo e consubstanciando as obsessões

da minha atuação política versaram sobre os problemas básicos das famílias carentes e dos menores carentes, da implantação de um sistema pré-escolar à altura das exigências da nossa Pátria, da educação, saúde e bem-estar das camadas mais remuneráveis e desassistidas da população, do abastecimento, do crescente esvaziamento, endividamento excessivo e empobrecimento dos municípios e dos Estados, da reformulação e modernização institucional da Federação, a partir dos municípios de um municipalismo de novo tipo, como Diretor que sou da ABM — Associação Brasileira de Municípios, e engajado numa luta pela Reforma Tributária, do desenvolvimento econômico sustentador da Nação.

Em síntese, o amplo espectro dos desafios vinculados à própria soberania do nosso povo, em termos de saúde e educação, trabalho e melhores condições de vida, e da própria Nação brasileira, duplamente ameaçado na sua integridade:

a) internamente, pela pobreza obsoleta de vastos segmentos demográficos, constituídos pelas famílias socialmente marginalizadas, geradoras de mais de 30 milhões de menores carentes e abandonados ou delinquentes, pela estagflação, desemprego maciço e intolerável carência, e

b) externamente, pela insolvência do País, aviltado na sua soberania pela voracidade de banqueiros insaciáveis de uma dívida externa de proporções gigantescas que a incompetência e alienação de setores do governo encastelados no Poder, no decorrer destes últimos anos, contribuíram para anular as perspectivas a curto prazo do desenvolvimento em bem-estar da Nação brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não desejaria incorporar a estas breves considerações, críticas ou lamentações inoportunas.

Faço questão, no entanto, de mencionar três projetos de lei que exemplificam e até certo ponto caracterizam o alcance e significado da minha atuação nesta Casa do Congresso Nacional, como Deputado Federal pelo Estado de São Paulo.

1º) — A proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1983, que como qualidade altera a redação da alínea "f" § 3º, do artigo 15, e do parágrafo 1º do artigo 177, da Constituição Federal, a fim de permitir que os municípios apliquem também na educação — pré-escolar, ou ensino infantil, com creches e jardins de infância, de 0 a 7 anos, com alimentação, saúde, recreação e educação, recursos da Receita Tributária que, até o momento, tem destinação excessiva ao ensino primário (ensino de 1º grau).

Seria desnecessário alongar-me a respeito dessa proposta.

Limito-me a transcrever a opinião do eminente Secretário de Estado da Educação de São Paulo e ex-Ministro da Educação e Cultura, professor Paulo de Tarso Santos, dirigida ao Líder do meu Partido Deputado Freitas Nobre: "A Emenda do Deputado Ruy Codo sobre a pré-escola será a Lei Áurea do Ensino de 1º grau em São Paulo e no Brasil. Por estar disso convencido, rogo aos ilustres amigos e colegas o máximo empenho na aprovação." (Paulo de Tarso, 29-2-83).

Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não poderia deixar de ressaltar aqui, neste Congresso que, ao longo de dois mandatos, mais este ano e três meses de suplência, procurei honrá-lo e dignificá-lo, sempre olhando para o meu povo e para minha gente, na certeza de que o Congresso que aqui fica, com seus ilustres, parlamentares, Senadores e Deputados haverão de, juntos, resolver o problema magno da Nação e não ficar nestas discussões estéreis, Sr. Presidente. É preciso abrir um caminho amplo, para que a população inteira possa trilhá-lo. É preciso que, neste instante, quase no limiar do ano 2.000, nos voltemos mais para aqueles milhões de favelados que residem no meu Estado e em outros Estados, Sr. Presi-

dente; que os 45% de desnutridos deste País, os 27% de analfabetos, os 30 milhões de crianças carentes e abandonadas, sejam melhor assistidos e que sejam preparados para uma nova vida, para serem verdadeiros brasileiros e conseguirmos, com isso, conduzir esta Nação aos seus reais destinos de uma grande potência.

O meu adeus ao Congresso Nacional, o meu agradecimento aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados, extensivo a todos os funcionários desta Casa, na certeza de que, à distância, eu, acompanhando-os, certo de que este Congresso haverá, naturalmente, de nortear a vida política brasileira, porque, infelizmente, da forma que estamos assistindo, o caos está próximo. E não é o que nós desejamos. Desejamos é a fraternidade, é a união entre todos, e o político que aqui permanecer possa encontrar as melhores soluções para os graves problemas que afligem este País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É com sincera consternação que eu registro o falecimento do Desembargador Sílvio Péllico Porto, ilustre paraibano, fato este que ocorreu anteontem em São Paulo. Depois de submeter-se a uma operação cirúrgica, para extração de cálculos na vesícula, no pós-operatório ele teve um acidente cardíaco, morreu de um enfarte.

Era o desaparecido uma das figuras mais inteligentes da geração de 1945, a chamada geração da luta contra a ditadura, no meu Estado.

Formou-se bacharel em ciências jurídicas pela tradicional Faculdade de Direito de Recife, a chamada Casa de Tobias Barreto. Pertenceu à turma de Demócrito de Souza Filho e incorporou-se com os seus colegas de então àquela magnífica luta pela redemocratização do País.

Ingressou na UDN, a antiga União Democrática Nacional, onde fez vida pública e foi Deputado Estadual por este Partido, depois Deputado Federal por outras agremiações políticas, inclusive pelo PDC.

Com vários mandatos liderou a bancada governista ao tempo do então Governador Pedro Moreno Gondim, e foi seu Secretário de Interior e Justiça, tanto no período da interinidade, como depois quando ele se elegeu Governador.

Estava afastado da vida política porque foi nomeado, no meu Estado, no Governo do Dr. Tarcísio Miranda Buriti, hoje nosso colega na Câmara dos Deputados, desembargador. Integrava, portanto, o corpo de juízes, de magistrado do nosso egrégio Tribunal de Justiça e ali deixou o sinal da sua cultura jurídica e da sua inteligência peregrina.

O desaparecimento desse eminente paraibano encheu de tristeza todo o Estado que privei da sua amizade desde os idos de 1944, faço com emoção o seu necrológico nesta sessão e peço mesmo que V. Exª mande comunicar à família enlutada o pesar do Congresso Nacional pelo seu traspasse.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há algum tempo tive oportunidade de interpelar o Governador do meu Estado sobre até quando S. Exª usaria como máscara o governo anterior para encobrir a incompetência administrativa que, lamentavelmente, viceja no Estado de São Paulo.

Vejo que esta pergunta, Sr. Presidente, continua sem resposta pois ainda os seus companheiros de Partido estão a defender a tese da herança maldita, embora a quisessem e a procurassem nas urnas, um 15 de novembro, chegar ao governo do Estado.

Mas, em lá chegando, a verdade é que disse o Presidente do Partido da Oposição, Ulysses Guimarães: a Oposição, longe do governo tantos anos, não sabe e esqueceu como administrar.

Ontem, o País inteiro assistiu a um lamentável acontecimento, numa cidade pacata, trabalhadeira e ordeira do Estado de São Paulo, o nosso município de Guariba, onde trabalhadores rurais e, segundo, aqui mesmo, pôde observar com prudência o deputado peemedebista de São Paulo, meu companheiro neste parlamento, Marcondes Pereira, o Povo se revolta, como todos nós também nos revoltamos. Eu também não estou contente, Sr. Presidente, com 230% de inflação. Eu também não estou contente com o BNH. Eu também não estou contente com a COROA-BRASTEL. Eu também não estou contente com a nomenclatura e a tecnoburocracia que se instalou no governo da República.

O Deputado Marcondes Pereira foi feliz ao dizer que nas manifestações de Guariba o povo colocou fogo na SAPESP. E o que é a SAPESP? É a companhia de águas do Estado de São Paulo.

Logo em seguida, vemos a saída do Deputado Ruy Codo, a quem quero homenagear neste instante, e é lamentável a perda que este Congresso sofrerá com a saída do político e do companheiro. Muitas vezes não concordamos com as idéias, as suas teorias, mas devo confessar que admiro o Deputado Ruy Codo pelo seu trabalho, pelo seu amor à causa pública e pelo seu amor ao Parlamento. E sai ele por quê, Sr. Presidente? Porque em São Paulo a administração não se entende, o povo não sabe quais as razões que levaram o Governador a demitir o Deputado Horácio Ortiz da Secretária dos Transportes. Eles brigam entre si e quem paga o pato é o político. Foi um tecnocrata para a Secretaria dos Transportes de São Paulo e nós perdemos o nosso companheiro Ruy Codo, mas eu espero que seja por pouco tempo, do convívio desta Casa.

Mas, voltando, Sr. Presidente, o Governador Montoro pode abaixar a conta de água do trabalhador em São Paulo. Não é verdade que o Governo federal é que fixa o preço; estabelece o preço mínimo.

Então, o Governador Montoro — Governador que vende ilusões ao povo, Governador que não para em São Paulo, porque um dia S. Exª está em Goiás, noutro dia está no Rio Grande do sul, outro dia no Rio de Janeiro, em cima do palanque, como o fez na campanha pelas eleições diretas, e ainda não desceu do palanque para administrar — S. Exª pode cobrar preço menor do que o que o Governo federal estabelece, e ninguém o proíbe, ao contrário, nós o aplaudimos como aplaudirá, também, S. Exª o povo de São Paulo.

Abaixe a conta de água, de luz, Sr. Governador, porque é da sua competência, e ninguém o proíbe disto. Aliás, S. Exª prometeu fazer isto, quando no palanque.

Mas, em vez de cuidar da administração pública o que faz o Governador? Continua no palanque vendendo a ilusão da eleição direta, como se eleição direta fosse resolver o problema; vendendo a ilusão da eleição direta, como se não soubesse que, nesta Casa, o nosso Partido, o PDS, tem a maioria e ele não concorda com esse tipo de eleição, sem que os palanqueiros desçam do palanque, sentem à mesa da conciliação nacional, para chegar a um acordo e conversar sobre o futuro do País.

Descontente eu também estou com a política econômica; descontente eu também estou a nomenclatura tecnocrática; descontente eu também estou com a nova classe; e não será o PDS e muito menos o PMDB que consegu-

rá acabar com a tecnocracia que alvoreceu à sombra da revolução nestes anos, no País.

Quero, desta tribuna, Sr. Presidente, responsabilizar o Governo de São Paulo pelas mortes ocorridas nos acontecimentos de uma cidade do interior de São Paulo.

Sr. Governador, em nome de São Paulo, desça do palanque, comece a administrar. Em vez de ir ao Rio Grande do Sul, Goiás, à Paraíba, Pernambuco, a Belo Horizonte vender ilusões, vá resolver os problemas do povo de São Paulo que o elegeu com mais de 5 milhões de votos e não faça desse povo um imenso bando de frustrados.

Sr. Governador de São Paulo, administre. Administre o Estado antes que os seus companheiros consigam colocar fogo nele, como aliás, já começou a acontecer. (Muito bem! Palmas)

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, nos termos do art. 29, § 2º, do Regimento Comum, solicito a V. Exª o encerramento da sessão.

O Sr. Elquisson Soares — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente:

Admiro-me de que um parlamentar da qualidade, da categoria nobilíssima do Senador Marcondes Gadelha venha impedir, por uma questão de ordem, que a Oposição responda a um discurso no qual, há minutos, foi agredida.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, longe de mim tentar impedir qualquer manifestação da Oposição. Verifiquei a lista de oradores inscritos para breves comunicações e vi que estava encerrada com o nobre Deputado Cunha Bueno. Não havia parlamentar da Oposição inscrito. No entanto, Sr. Presidente, retiro o meu pedido para possibilitar que a Oposição se manifeste. Peço a V. Exª que, logo em seguida, me conceda a palavra porque vou pedir o encerramento da sessão, após a manifestação da Oposição.

O SR. ELQUISSON SOARES — Sr. Presidente, o nobre Senador Marcondes Gadelha não tem nenhuma razão.

V. Exª, na presidência dos trabalhos, antes do encerramento, terá que suspender a sessão por trinta minutos, nos termos do Regimento Comum, acionando as campanhas, para que compareçam ao plenário os Senadores e Deputados que estão na Casa, conforme número anunciado por V. Exª, quando da abertura da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O nobre Senador Marcondes Gadelha já retirou o seu pedido de encerramento da sessão.

O SR. ELQUISSON SOARES — S. Exª está anunciando que o vai pedir novamente. Estou pedindo a V. Exª que faça cumprir o § 1º do art. 29 do Regimento Comum. Na verdade, estou pedindo apenas que se cumpra o Regimento. Insisto em que a sessão só seja encerrada, Sr. Presidente, após o cumprimento do que dispõe o § 1º do art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrado o período de breves comunicações.

O Sr. Paulo Lustosa — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS-CE, pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou inscrito para o período de breves comunicações, assim como a Deputada Lúcia Viveiros. V. Exª não pode encerrar o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nobre Deputado, o art. 31 do Regimento Comum estabelece: "A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis." Está encerrada a meia hora inicial da sessão e já decorreram dezessete minutos além.

O Sr. Lélío Souza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB-RS, pela ordem, sem revisão do orador) — Sr. Presidente:

O eminente Deputado Israel Dias-Novaes, que se encontrava inscrito para usar da palavra como último orador do pequeno expediente, ficou impossibilitado de fazê-lo, em virtude do decurso do horário regimental. Todavia, informo a V. Exª que o ilustre Deputado falará agora por delegação da Liderança, no horário da Liderança, em comunicação de Líder, como permite o Regimento interno.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Dias-Novaes como Líder do PMDB, nos termos do Art. 6º, do Regimento Comum.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de registrar um dos mais fervorosos discursos oposicionistas já pronunciados nesta Casa. O ilustre Deputado Cunha Bueno, de cuja amizade eu me honro de privar, fez as vezes da Oposição. A pretexto de dizer eu aceito isto, eu aceito COROA-BRASTEL etc, S. Exª enumerou as mazelas mais graves do Governo Federal. Não faltou uma; se faltou, debite-se à estreiteza de tempo de que o Deputado dispunha. Também S. Exª fez um apelo patético ao Governador André Franco Montoro para que desça do palanque. Nós poderíamos fazer um apelo no sentido oposto que o Sr. Paulo Maluf suba ao palanque. Eu quero que S. Exª suba ao palanque para ser alvo do alarido popular, do delírio popular, a que ele conduzirá São Paulo.

Nós temos duas figuras contrastantes uma do Governador democrata André Franco Montoro, que não sai do palanque, continua fazendo a sua pregação, sustentando a sua verdade, formulando as suas denúncias; e, do outro lado, acolhido, acovardado, o candidato indireto que não tem coragem de atravessar o centro da cidade de São Paulo, porque sabe o que o espera.

Sr. Presidente, nós precisamos perder o temor ao palanque. E quem tem medo do palanque, Sr. Presidente? (Risos.) Eu pergunto a V. Exª Quem tem medo de palanque é aquele que tem contas a ajustar com o povo. (Muito bem!) São os candidatos químicos, os candidatos de proveta, os chamados candidatos de insinuação artificial, que são os candidatos indiretos, esses que querem se eleger a custa de meia-dúzia de apaniguados, e recusam-se a disputar o voto popular. Por que não vão à praça? Por que o Sr. Paulo Maluf não vai a Guariba, já que a

Guariba agora é uma cidade símbolo no dizer do ilustre e nobre Deputado Cunha Bueno.

E quanto a SABESP, Sr. Presidente, ninguém inventou a SABESP. A SABESP, que é herança maldita do Governo do Montoro, vem de longe, a SABESP vem do Governo de Paulo Maluf. E outra coisa: contrariamente ao que aqui foi informado, o BNH intervém nos custos da SABESP, é matéria federal. A SABESP de São Paulo anda desesperada para ver se atende as necessidades de adaptar o custo do seu serviço às possibilidades financeiras do povo. E não consegue, porque lá está o voraz BNH, representando o Governo da República.

Sr. Presidente, nós teríamos numerosas respostas a formular ao discurso tão bem colocado, embora em bases inverídicas, pelo representante de São Paulo, meu coestadano e meu amigo, mas eu me detenho nisto: acho que S. Exª precisa, de uma vez por todas, cair em si. Quem sabe se com conversa com o Dr. Paulo Salim Maluf, ainda hoje, conversa ao pé do ouvido, como os indiretos gostam, não chegará S. Exª à conclusão de que não deve vir à tribuna atacar Franco Montoro, porque Montoro não é um Governador como os mais, Montoro é um gerente, curador de uma massa falida, escandalosamente falida. Nós não recebemos um governo para gerir, nós recebemos um desastre, um escândalo.

Sr. Presidente, é muito bom que alguns representantes que, de boa fé, adotaram a candidatura do Sr. Paulo Salim Maluf, venham, aqui, e formulem as suas acusações para que nós, na oportunidade da resposta, esclareçamos devidamente os fatos. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a V. Exª na condição de Líder que sou, que conceda palavra ao nobre Deputado Cunha Bueno, que também falará por delegação da Liderança — para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ouvi a resposta do ilustre Deputado Israel Dias-Novaes, a quem sempre respeitei e respeito nesta Casa como uma das mais brilhantes figuras do Parlamento Nacional. Entretanto, permito-me divergir de S. Exª que, na sua resposta, confunde alhos com bugalhos. S. Exª, Sr. Presidente, vem em ataques ao Governo anterior, quando faço uma crítica objetiva, a uma situação atual do Estado de São Paulo. S. Exª vem confirmar que o Governador Franco Montoro não desceu do palanque e, pelo que deduzi das suas afirmativas, continuará no palanque. E o povo, como se diz na linguagem vulgar, que se "lix" com os seus problemas, porque o Governador está preocupado em continuar no palanque, no comício e na retórica. Portanto, esquece a administração pública. S. Exª foi eleito para governar, S. Exª não foi eleito para ficar vendendo ilusões. Quando pergunta S. Exª quem tem medo do palanque, eu digo que não tenho, nobre Deputado Israel Dias-Novaes, como, também, V. Exª não tem,...

O Sr. Israel Dias-Novaes — Eu sei que V. Exª não tem, mas...

O SR. CUNHA BUENO — ...porque disputei quatro eleições e soube usar do palanque no momento oportuno. Terminada a eleição, voltei às minhas atividades parlamentares sem me esquecer das promessas feitas no palanque e cumpro o meu mandato, como tenho cumprido nesta Casa. S. Exª, o Sr. Governador, fez as promessas no palanque e continua no palanque, defendendo as grandes teses, segundo o nobre Deputado Israel Dias-

Novaes. Na verdade, o Estado de São Paulo estava entregue, antes, a alguns companheiros políticos, mas a tecnocracia do Governo Federal também já chegou lá. Demitido o Deputado Horácio Ortiz, quem o substituiu? Um tecnocrata, para a Secretaria dos Transportes.

Portanto, não posso admitir, não aceito as afirmações do nobre Deputado Israel Dias-Novaes. S. Exª quisera o Governo e o disputaram. Agora, ficam com essa história de que pegaram uma massa falida e que o Governo anterior era corrupto. Se era corrupto, nobre Deputado, porque não prendem os ladrões? Não será com certeza pela mesma razão por que a Polícia de São Paulo também não consegue prender os trombadinhas? Não será com certeza pela mesma razão por que a Polícia de São Paulo não consegue prender aqueles que assaltam? Não será com certeza pela mesma razão por que a Polícia de São Paulo não consegue sequer dar segurança aos túmulos dos cemitérios da cidade de São Paulo? Ou será falta de provas?

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CUNHA BUENO — Gostaria muito, nobre Deputado, mas, lamentavelmente, o Regimento não permite.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — V. Exª dispõe de 20 minutos. Se o Sr. Presidente esclarecer-nos, V. Exª teria a paciência de me ouvir por dois minutos?

O SR. CUNHA BUENO — Sr. Presidente, é permitido o aparte?

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — É permitido; V. Exª pode conceder o aparte.

O SR. CUNHA BUENO — Concedo o aparte ao Deputado Arthur Virgílio Neto.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — No discurso brilhante, porém, inegavelmente um tanto confuso que V. Exª proferiu na manhã de hoje Deputado Cunha Bueno, V. Exª confunde a questão da causa com a questão do efeito. De fato, em São Paulo a miséria não nasceu no Governo Paulo Maluf, mas ela se agravou com tudo aquilo que o Governo Paulo Maluf significa em termos de reforço a uma política de concentração da lei!

O SR. CUNHA BUENO — Agradeço a V. Exª pelo depoimento que faz, nobre Deputado.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Pois não, inclusive reforçaria o meu depoimento, dizendo que ele agravou as condições de concentração da riqueza, de aprofundamento da miséria e das distorções sociais em São Paulo, obscurantista que é e incapaz que é.

O SR. CUNHA BUENO — É a opinião de V. Exª

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Eu só posso dar a minha opinião, eu não daria a opinião de V. Exª. Só posso dar a minha própria opinião, se eu desse a de V. Exª estaria cometendo um erro de pessoa.

O SR. CUNHA BUENO — Não é a opinião do povo que o elegeu com 700 mil votos.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Encerro o meu aparte, dizendo a V. Exª que a miséria, que não nasceu com Maluf mas foi agravada por ele, leva uma situação de fato em que a polícia é incapaz de prender todos os ladrões que a miséria fabrica. Mas, quanto aos grandes ladrões, digo a V. Exª que de fato é impossível prendê-los a todos, a começar por aqueles que têm imunidade parlamentar, no caso o próprio Sr. Paulo Salim Maluf, ex-Governador de São Paulo.

O SR. CUNHA BUENO — Eu quero saber se V. Ex^a está afirmando que o ex-Governador de São Paulo, Maluf...

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Eu afirmo que ele é um corrupto, afirmo que ele é um corruptor, afirmo que ele é um aliciador de votos e de consciências que estão à venda, neste Congresso. Afirmo isto aqui e em qualquer outro foro. Está afirmado irretratavelmente. (Palmas.)

O SR. CUNHA BUENO — Se estão à venda, é na Bancada de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Está aqui afirmado irretratavelmente e, em qualquer outro foro, eu repetirei a acusação e a afirmação. E farei o impossível para barrar qualquer passo dessa carreira nefanda e nefasta que ele pretende impor à Nação, contra à Nação e a favor de interesses que não são os da Nação.

O SR. CUNHA BUENO — Na Bancada de V. Ex^a pode ser, na nossa Bancada não existe não aceito a afirmação de V. Ex^a

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Pois lhe asseguro que uma pessoa de boa fé dificilmente acompanharia um projeto antinacional, um projeto antibrasileiro e antipopular como esse que o Sr. Paulo Maluf propõe. Portanto, eu desconfio de quem o apoia.

O SR. CUNHA BUENO — Sr. Presidente, não aceito as afirmações do ilustre Deputado em seu aparte. Se existe algum parlamentar que pretenda vender ou negociar o seu voto, acredito que ele tenha a obrigação, mesmo como decoro parlamentar, de citar os nomes a que está se referindo.

O Sr. Elquisson Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CUNHA BUENO — Não permitirei mais apartes, porque V. Ex^a quer tumultuar a minha resposta ao nobre Deputado Israel Dias-Novaes.

O Sr. Elquisson Soares — V. Ex^a não tem o direito de antecipar, pois não sabe o que eu vou dizer!

O SR. CUNHA BUENO — Portanto, Sr. Presidente, quero mais uma vez afirmar...

O Sr. Elquisson Soares — V. Ex^a está julgando por antecipação, Deputado. Permite-me o aparte?

O SR. CUNHA BUENO — ...e pedir ao Governador Franco Montoro que desça do palanque e administre o Estado de São Paulo. (Muito bem!)

O Sr. Elquisson Soares — Foi V. Ex^a quem comparou Paulo Maluf com os trombadinhas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

é lido e deferido o seguinte

Em 16 de maio de 1984,

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 06 e 07, de 1984, que "confere ao Congresso Nacional, durante a primeira Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura, a ser inaugurada em 1º de fevereiro de 1987, as funções de Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo normas para o seu funcionamento", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra hoje.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Otávio Cesário, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Senador **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, nos termos do artigo 29, parágrafo 2º, do regimento Comum, solicito a V. Ex^a o encerramento imediato da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Martins Filho) — O requerimento de V. Ex^a tem amparo regimental.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — V. Ex^a tem a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Comunico, em face do próprio constrangimento que é de se fazer uma acusação a alguém que nunca está presente, e não sei se talvez ao arripio do Regimento, mas tomo a iniciativa de propor algo bastante estranho, e que não seria estranho se o Sr. Paulo Maluf cumprisse o seu dever de mandatário do povo. Vou apresentar à Mesa da Câmara um requerimento, convocando o Sr. Paulo Maluf para vir aqui se defender de tantas acusações que recebe. Não há outra maneira de falarmos com ele, só o convocando como se convocaria a um Ministro, e ele não é um Ministro, é alguém muito abaixo do que deveria ser um Ministro de uma Nação respeitável.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

Nº 32, de 1983, que dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste; e

Nº 37, de 1983, que restabelece a destinação constitucional de três por cento da renda tributária na execução do Plano de Defesa contra os efeitos da seca do Nordeste.

O Sr. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta a sessão às 11 horas e 50 minutos.)

Ata da 100ª Sessão Conjunta, em 16 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Kalume

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Alufizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bitencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero

Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraná

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar —

PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Stuard — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passóni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Hermann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zázur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 311 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Vinagre.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Com grande satisfação trago ao conhecimento desta Casa as atividades da Secretaria de Administração do Governo Democrático de Jader Barbalho, no Pará.

Mais uma vez, Sr. Presidente, fica demonstrado o quanto é importante um Governo eleito pelo povo, como o do atual Governo do Pará.

Identificado e comprometido com o povo paraense, o Governador Jader Barbalho não tem poupado esforços para corresponder e cumprir os compromissos assumidos em praça pública na memorável campanha eleitoral de 1982.

Formou sua equipe de Governo, o Sr. Jader Barbalho, tendo em vista unicamente os interesses da coletividade, sem comprometimento com grupos econômicos ou injunções de quem quer que seja, estribado que está S. Ex.^a unicamente na força do povo que o elegeu.

É o caso, Sr. Presidente, da Secretaria de Administração do Estado à cuja frente está o ilustre Secretário Dr. Aldo da Costa e Silva, incansável auxiliar do Governador Jader Barbalho na administração do Estado, voltada inteiramente para o interesse do povo paraense.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, um relato fiel das atividades daquela Secretária de Estado no 1º ano de Governo Jader Barbalho.

É o retrato de um Governo, cujo poder emana diretamente do povo, como determina a Carta Magna da Nação brasileira, infelizmente contrariada pela realidade presente, a nível Federal.

É nossa esperança, Sr. Presidente, que o exemplo do Pará frutifique em todos os níveis e tenhamos eleição direta para Presidente da República, e possamos ler, da Tribuna, as grandes realizações do futuro Governo Democrático do Brasil, eleito pelo povo, exatamente como agora faço com relação ao trabalho da Secretaria de Administração do meu Estado.

Aproveitamos a oportunidade para inserir, nos Anais do Congresso, documento que recebemos do Sr. Deputado Eladir Nogueira Lima, do meu Estado.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, trabalho como este, surgido de um Governo democrático, Governo eleito da própria essência do voto popular, marca a vida brasileira. Por isso, aqui nesta Casa, tudo mais que se puder dizer do Sr. Governador Jader Barbalho, não prevalecerá no tempo e na História, porque Rui Barbosa já afirmou certa vez que "as palavras convencem, mas só os exemplos arrastam." Então, tudo que se poder dizer sem força probatória não prevalecerá sobre o que o Governo Jader Barbalho está realizando no meu Estado.

Muito obrigado. (muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CARLOS VINAGRE EM SEU DISCURSO:

ATIVIDADE DA SEAD NO 1º ANO DO GOVERNO JADER BARBALHO

A Secretaria de Estado de Administração, órgão central do Sistema Administrativo Estadual, desenvolve suas ações em quatro Áreas: Organização e Modernização Administrativa, Recursos Materiais, Recursos Humanos e Transportes Oficiais.

No 1º ano, sob a orientação do Governador Jader Barbalho, a SEAD procurou desenvolver ações no sentido de aperfeiçoar a Administração Pública na busca de oferecer serviços à Comunidade em níveis crescentes de quantidade e qualidade. Tais ações alinharam-se à postura de austeridade do governo nos gastos públicos, procurando, dessa forma, fazer frente ao quadro adverso à Administração Pública Estadual provocado pela recessão econômica imposta ao país, aliado a um crônico processo inflacionário que afeta em grande escala o governo do Estado, na medida em que ele adquire materiais e serviços com constantes aumentos de preços para oferecê-los à comunidade, sob forma de saúde, saneamento, obras, segurança, educação, e cultura, além de fomento à agricultura e assistência aos segmentos carentes da sociedade.

Desse modo, a SEAD, na área de organização e modernização Administrativa, orientou as alterações das estruturas organizacionais das Secretarias de Agricultura, Fazenda, Educação, Saúde e do Gabinete do Governador, a fim de dotá-los de maior flexibilidade administrativa. Participou da reestruturação da COHAB com vistas a adaptar o órgão ao quadro de dificuldade enfrentado pelo setor de habitação. Promoveu três seminários em nível gerencial para dirigentes e assessores, procurando desenvolver um sentido integrado de administração, na consecução dos planos do governo.

Na área de recursos materiais a SEAD atuou no sentido de reduzir custos com aquisição de materiais de consumo por parte dos órgãos públicos, com o apoio do Governador e das Secretarias de Planejamento e da Fazenda. Foi concluído o projeto que irá centralizar, na SEAD, o processo de compras na Administração Direta Estadual, visando com isso não só reduzir os custos administrativos com as licitações, mas, também, aumentar o poder de negociação do Governo do Estado, através da compra de materiais em quantidade financeiramente mais favoráveis. Foi efetuado, no período, o cadastramento de 181 empresas, para fornecimento de materiais e serviços ao Governo do Estado. No tocante a impressos de uso geral na Administração Pública Estadual, foi elaborado um documento contendo medidas racionalizadoras e centralizando a confecção de impressos na Imprensa Oficial do Estado. No segmento patrimonial, foi efetuado o cadastramento de 22 imóveis de propriedade do Estado e realizado 11 seguros de prédios públicos de importante valor histórico cultural, procedendo-se, ainda, a atualização da documentação jurídica de 8 imóveis públicos na capital e 53 no interior do Estado.

Na área de recursos humanos, objetivou a SEAD implantar uma política de pessoal compatível com as dificuldades financeiras e dentro do orçamento do Estado. Desse modo, o recrutamento de pessoal foi efetuado somente quando não foi possível remanejamentos inter ou intra órgãos estaduais, sendo nomeados 142 servidores habilitados em concurso público, não incluídos os nomeados para cargo em comissão, também restritos a casos de substituições. Foram recrutados, selecionados e alocados 108 estagiários para as Secretarias de Estado, como parte da colaboração que o governo do Estado presta à formação profissional de estudantes das instituições de ensino superior do Estado. Foram efetuados 925 promoções de servidores dos grupos ocupacionais "Polícia Civil" e "Magistério" e elaborado o anteprojeto de Lei regulamentando a promoção para os demais grupos ocupacionais. No tocante ao treinamento de servidores foram realizados 66 cursos nas diversas áreas de atuação, sendo treinados 1906 servidores, objetivando com isso um crescente desenvolvimento profissional e melhor desempenho funcional dos Servidores Estaduais.

Na área de transportes oficiais a tônica da atuação da SEAD voltou-se para a melhoria do sistema de controle e abastecimento de veículos oficiais. Tendo em vista que a redução do consumo de combustíveis é imperativo nacional, além de uma questão de sobrevivência, a SEAD procurou intensificar o controle e disciplinar o consumo de combustíveis, conseguindo, em 1983, uma redução de 71.266 litros de gasolina em relação a 1982. Os consumos de óleo combustível e óleo diesel também foram reduzidos em 37,6% e 34% respectivamente, devido a um rígido controle de manutenção dos veículos.

No contexto das ações desenvolvidas pela SEAD no 1º ano do Governo Jader Barbalho, encontra-se presente o caráter de curto prazo. Este caráter das ações, foi respaldado em um planejamento operativo estabelecido para um período de transição de governo, onde o bom senso e a responsabilidade político-administrativa contraindicavam mudanças drásticas nos rumos da Adminis-

tração Estadual e, tendo em vista também, que o governo já iniciava sua gestão em pleno período de execução orçamentária, com todos os programas de trabalho e respectivos recursos já definidos na lei do orçamento.

Todavia, além do empenho na realização das ações previstas, a SEAD preocupou-se com a identificação de necessidades de maior amplitude na Administração Pública Estadual. Assim sendo, para o próximo período de Governo a SEAD pretende, dentre outras, desencadear uma política de pessoal uniforme e motivadora, iniciando pela implantação do "sistema de pagamento de pessoal centralizado", buscando conceder todas as informações relativas ao funcionalismo público estadual de modo a manter o equilíbrio entre a necessidade de pessoal e as possibilidades financeiras do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Dias-Novae.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não sei se o Congresso Nacional, o Senado ou a Câmara dos deputados, se alguma destas Casas teve oportunidade de registrar o trágico passamento, no Rio de Janeiro, do Escritor Pedro Nava.

Confesso a V. Ex.^a que participo do trauma que tomou a toda Nação a infausta notícia. O Pedro Nava representava, quem sabe, se a maior e mais completa personalidade literária do nosso País, e com circunstâncias curiosas. Em primeiro lugar, era um médico-cirurgião especialista, e que passou quase toda a sua vida a serviço dessa profissão. Mas, freqüentando os meios literários como sempre freqüentou, ele fizera-se notório por volta de 1928, quando publicou seu o único poema conhecido, chamado "O defunto". Esse poema demonstrou um grande, um prodigioso talento literário. Pedro Nava, ficou ele conhecido como uma espécie de escritor bissexto e como tal foi tombado pelo poeta Manoel Bandeira, no seu livro, "Poetas Bissexto do Brasil". Então, sabia-se da existência de Pedro Nava no nosso País através desse poema, nesse livro de difícil achamento.

Aos 70 anos, ele que nascera em 1902, em Minas Gerais, surge com o primeiro volume da sua obra de memórias, chamado "O Baú de Ossos". Ali, Sr. Presidente, registrou-se de pronto, reconheceu-se de pronto, o mais perfeito, o mais elegante, o mais personalizado estilista do Brasil. Era um escritor primoroso, perfeito. Todas as pessoas assustaram-se e aturiram-se. Num País de revelações jovens, de escritores precipitados, que produzem antes da hora certa, este homem deixara passar quase que sua idade toda para, apenas na velhice já instalada, revelar sua capacidade literária plena. Livro extenso, de mais de 400 páginas, retratava a infância mineira do escritor, seu convívio e sua paisagem.

Dois ou três anos depois, estampa ele o segundo livro, relativo então a sua mocidade. Nos mesmos espaços de dois ou três anos sempre, ele dava impressão de que estudava o passo, para contar tudo o que acontecerá e prestar seu testemunho. O importante é isto. Não era um memorialista vaidoso, alguém que quisesse deixar seu nome. Ele queria deixar seu testemunho; as observações do seu tempo, do seu extenso tempo de vida.

O sexto livro foi publicado este ano, e tem o nome de "O Círio Perfeito". Vai, se não me engano, até 1946. Hoje, já podemos dizer que esses seis volumes de memória de Pedro Nava significam o mais completo, perfeito e minucioso painel da vida brasileira, nos últimos cinquenta anos. Elaborava ele o sétimo volume de sua obra, que se diria infinita, porque nenhum dos volumes têm menos de quatrocentas páginas, quando somos surpreendido por um gesto extraordinariamente raro, sobretudo em tais circunstância, e em tal pessoa. O escritor, no começo

da madrugada, no domingo, saiu de casa acabrunhado, ao que se diz, por um telefonema e ali pôs fim aos seus dias.

Esta Casa, Sr. Presidente, que é também uma Casa de cultura, o Congresso Nacional, em boa hora presidido por V. Ex^a, não pode deixar de registrar em seus Anais esta figura, esta personalidade e sobretudo esta saudade. Queremos dizer aos nossos contemporâneos que não de ler, futuramente, no **Diário Oficial**, que o passamento deste brasileiro não passou despercebido pelo Congresso Nacional. Ao contrário, vozes avulsas, embora humildes, tiveram a lembrança e o propósito de assinalar para sempre, através das publicações oficiais, este homem, esta obra, este brasileiro, esta lição.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Mesa associa-se à justa homenagem que V. Ex^a prestou à memória do imortal Pedro Nava. Gostaria, nesta oportunidade, de ler um pensamento acerca de todos os escritores, no qual se insere Pedro Nava.

“Os escritores e os poetas são os eleitos de Allah! Seus melhores e mais úteis servidores, porque consagram suas vidas ao progresso das faculdades mentais. Aqueles que ensinam a ciência e o saber e que cantam as belezas da vida são na verdade os luminarres e os legisladores do Mundo; sem eles a humanidade cairia na ignorância e na barbárie.”

Esta a minha homenagem e, também, da Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Fui designado relator parcial do livro III do projeto do novo Código de Processo Penal, por ato de confiança da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Tenho a satisfação intelectual de deixar registrado nesta sessão do Congresso Nacional que, semana passada, entreguei o meu relatório ao Sr. Deputado Sérgio Murilo, Relator-Geral do novo Código de Processo Penal.

No momento que faço este registro, quero me referir a outro de igual importância. É que para o desempenho da minha tarefa contei não apenas com o apoio mas com o entusiasmo dos associados e também da Diretoria do Instituto dos Advogados de Campina Grande, no Estado da Paraíba. Na sede da Associação Comercial daquela cidade, advogados, promotores, juizes, estudantes de Direito reuniram-se em viva e atuante assembléia, discutindo, nada menos que 100 artigos da proposta do diploma da lei adjetiva penal.

Foi um debate criador, carreando, inclusive, para as emendas, o contributo da experiência de muitos advogados, mas sobretudo de muitos juizes, com o saber de experiência feito no padrão camoniano. Tive a fortuna de receber o apoio do nobre Deputado Sérgio Murilo, que adotou o nosso relatório na íntegra, demonstrando ainda mais a identidade de pensamento e de conclusões entre mim e S. Ex^a.

Oportunamente, Sr. Presidente, encaminharei aos Anais da Câmara dos Deputados o nome de todos os participantes daquele colegiado paraibano, para que, ao menos, essa memória fique como gratificação a tão generoso esforço.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Reiteramos nossa posição em favor das “Diretas Já”, o povo que ocorreu às praças públicas, em todo o País, não pode ficar esquecido, marginalizado em seus anseios. “Diretas Já” é a única solução para resolver o impasse do País. Galhardamente, aqueles que acorreram às praças depositaram sua fé inabalável nos políticos que os representam no Congresso Nacional por delegação de votos. Assim, essa fé inabalável não pode e não deve ser traída. Até os limites que possam e que venham a existir no sentido da aprovação das “Diretas Já”, todos os esforços têm de ser feitos, tudo aquilo ao nosso alcance, todos aqueles que acreditam que a escolha do Presidente da República direto, pelo povo, através do sufrágio universal, todos aqueles que acreditam não podem esmorecer nesse sentido e devem conjugar seus esforços para que este País, este grande País, este Brasil de todos nós possa ter, não remotamente, não a distância, mas já, esse anseio que é o maior do povo e, portanto, da Nação brasileira.

Quem vem a este Congresso pelo voto, quem recebeu do povo, em várias legislaturas, a consagração do voto deste mesmo povo, tem de ter, no seu âmago, este sentimento de brasilidade para refletir no Congresso, representando o povo brasileiro, esse seu sentimento. É por isso mesmo que, desta tribuna do Congresso Nacional, da tribuna da Câmara Federal, a nossa voz não silenciara, a nossa voz não parará de clamar, mesmo que se escoe o tempo, ou esse limite, para a votação das “Diretas Já” através de subemendas. Sempre haveremos de pregar, de clamar, de gritar, de dizer, de esplanar, que as diretas são um anseio do povo e, portanto, nosso anseio.

Sr. Presidente, Senador Jorge Kalume, a população do Estado do Rio de Janeiro, que representamos nesta Casa, na sua expressiva maioria, quer escolher seu Presidente da República pelo voto. Não quer arremedos de escolha, quer ela mesma dizer nas urnas quem é o seu preferido para a Presidência da República e acreditamos que todos os demais Estados também.

As diretas não podem ser um meio de barganhas, de arregos, de arranjos, têm de existir já. Por isso mesmo ocuparemos a tribuna quase que diariamente, se o tempo assim o permitir, para dizer, para conclamar que todos aqueles que têm sentimento de brasilidade possam continuar lutando, para que um dia, não daqui a anos, não daqui aos mandatos tampões, não daqui aos arregos, não daqui ao tempo dos arranjos, mas já! Não importa que dificuldades tenhamos de enfrentar; não importam as pressões. Importa sim que, de acordo com nossa consciência, a consciência de cada um e os reclamos do povo brasileiro, possamos dizer, alto e bom som, que as eleições diretas são o único caminho para tirar o Brasil dessa expectativa que o vem impedindo de progredir, de desenvolver-se, de ir para frente. O povo exige e quer, e temos a obrigação de corresponder a este sentimento do povo brasileiro, votando na subemenda “Diretas Já”. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Sr. Presidente Jorge Kalume, este mesmo povo está vigilante. Nós que andamos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro podemos sentir isso por termos votado a emenda “Diretas Já”, sem medo, sem sucumbir a qualquer tipo de pressões, sem nos incomodarmos em que posição pudessemos estar diante do Governo Federal ou de quem quer que seja. Nós estamos independentes de tudo isso. Por isso que, em todos os tempos disponíveis ao nosso alcance, daqui por diante, estaremos, nesta tribuna e na tribuna da Câmara Federal, lutando pelas eleições “Diretas Já” para a Presidência da República. Nossa caminhada, por isso mesmo, por sermos do Partido do PDS, será cheia de espinhos, mas não importa. Como diz o poeta: “É entre os espinhos que nascem as rosas”

Antes de concluir, Sr. Presidente, com a benevolência de V. Ex^a, quero fazer uma homenagem, na data de seu aniversário, à brilhante jornalista Consuelo Brada.

A Jornalista Consuelo Brada merece as mais justas homenagens de todos nós, pela criatividade, espírito crítico em suas incursões nas análises que realiza em suas atividades diárias, como destacada figura da imprensa brasileira e nacional.

Com inteligência, vocação e muita personalidade, a baiana radicada em Brasília há muitos anos, de cujos pais — D. Maria Helena e o saudoso médico Altamirando Costa — herdou os melhores princípios de respeito ao trabalho e os legítimos valores do ser humano, alcança um notável momento em sua brilhante carreira.

Procurando sempre enriquecer sua crônica social, relacionando-a com os fatos políticos e econômicos de grande interesse, Consuelo Brada contribui para o necessário amplo debate sobre as questões do nosso tempo, promovendo análises, criticando ou aplaudindo posições de políticos a respeito da conjuntura ou de determinado problema nacional. Desempenha, assim, e com muito brilho, o verdadeiro papel proposto pelo jornalismo moderno, ou seja, não de caráter apenas informativo, nem aquele vinculado a uma corrente de opinião tão somente, mas, ao contrário, revestido de sentido imparcial e, sobretudo, abrangente, nos textos que escreve.

Também jornalista da revista **Cláudia**, a autora de “Coisas da Corte”, livro que retrata facetas interessantes sobre Brasília e seus habitantes próximos do poder, Consuelo Brada procura levar aos leitores um toque de alegria, otimismo e esperança, em meio a tantas informações de crise, guerras, violências, calamidades, que dominam o noticiário de cada dia. Não que ela se utilize da fantasia, esta, evidentemente, condenável, por distanciar-se da verdade, mas porque procura extrair da realidade, com a fineza dos seus comentários e críticas, elementos positivos capazes de renovarem as forças, a fé, a esperança da gente brasileira, hoje, tão sofrida.

Esta, sem dúvida, uma grande virtude dos grandes comunicadores e escritores.

Escolho este dia para a simples homenagem que presto a Consuelo Brada, porque hoje, 16 de maio, é o dia do seu aniversário.

Os meus cumprimentos a nossa querida jornalista, pela data, e pelo belíssimo trabalho, a cada dia mais valorizado, seja na coluna do **jornal de Brasília**, ou nas outras atividades profissionais que desempenha.

Que o sucesso e o reconhecimento do público, motivos de grande alegria para todos nós, por representarem fruto de muito esforço, dedicação, coerência, em favor de causas nobres, continuem a caracterizar a carreira de Consuelo Brada, para lhe dar a justa satisfação da realização profissional e engrandecer sempre o jornalismo de nossa capital e do Brasil.

A seus queridos filhos, Ana Cláudia e Rafael, também as nossas homenagens.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Codo.

O SR. RUY CODO (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Na verdade, eu não deveria mais retornar a esta tribuna porque dela me despedi hoje, na Câmara dos Deputados. Pela manhã fiz o comentário da minha saída desta Casa, retornando a minha atividade particular, em virtude, naturalmente, da suplência que ocupo, uma vez que o titular retorna a sua cadeira.

Mas, Sr. Presidente, apresentei, hoje, um projeto de lei que reputo de muita importância, porque proíbe o uso

de robôs e computadores nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Está vasado o projeto da seguinte maneira:

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1984

Proíbe o uso de robôs e computadores nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Autor: Deputado Ruy Codo

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a utilização de robôs e computadores nos estabelecimentos de ensino 1º e 2º graus, públicos e privados, como recursos pedagógicos.

Art. 2º A fiscalização do disposto na presente lei competirá aos sistemas estaduais de ensino, os quais disporão, inclusive, sobre a aplicação de penalidades aos infratores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A imprensa tem noticiado, ultimamente, que alguns estabelecimentos da rede privada de ensino estão utilizando robôs e computadores como métodos de aprendizagem no 1º e 2º graus.

Nada mais recomendável se o País fosse bastante desenvolvido para dotar o maior número possível de estabelecimentos de ensino desses engenhos metodológicos ou se a informática aplicada à educação tivesse seus méritos suficientemente comprovados.

Infelizmente, tal não ocorre. Num país como o nosso, a adoção da sofisticada metodologia computadorizada servirá apenas para ampliar o fosso entre a escola dos ricos (a particular) e a dos pobres (a oficial), sem que seu uso implique na formação de uma geração de gênios ou no aperfeiçoamento da economia, tendo em vista a sua aplicação no ensino de 1º grau.

Abstraindo-se o caráter discriminador, a utilização de computadores e robôs na sala de aula nada acrescenta ao ensino. Pode ser considerada como uma etapa mais avançada da tecnologia educacional, tal como ocorreu, há vários anos, com o aparecimento das máquinas de calcular.

Nessa ocasião, alguns países subdesenvolvidos, inclusive latino-americanos, distribuíram máquinas de calcular aos estudantes das escolas oficiais numa vã tentativa de aumentar-lhes o rendimento, o que demonstra o perigo da importação indiscriminada de inventos tecnológicos sem levar em conta as características locais ou nacionais.

De fato, a eficácia do ensino de computação ainda não está devidamente comprovada, principalmente entre nós, onde ainda está sendo saudado como uma novidade pedagógica.

Acreditam alguns psicólogos que esses recursos pedagógicos não devem ser adotados antes do final do ensino de 2º grau, já que só depois da puberdade é que o raciocínio do adolescente se torna "formal e lógico", podendo, portanto, trabalhar com a máquina.

O professor Waldemar Setzer, do Instituto de Matemática e Estatística da USP, assim expôs seus argumentos contra o uso da informática no ensino:

"A introdução do computador no ensino representa a continuidade do processo de intelectualização deste último. Nada mais intelectualizado do que a matemática. Então transformemos tudo em matemática através do computador. Se a geografia é ensinada com computador, ela se torce matemática, com relações de causa e efeito determinadas, que não existem na geografia geral. Onde estão as causas exatas de mudanças climáticas, erupções vulcânicas, formas dos continentes, geografia humana

etc? E arremata: "... O computador trata todos os seus usuários exatamente da mesma maneira; assim, causa massificação nas crianças, em lugar de levar ao desenvolvimento de uma individualidade diferenciada. É extremamente simples e rápido aprender a programar um computador, pois para isso é necessário apenas um desenvolvimento mental específico. Compare-se, por exemplo, com o tempo necessário para se aprender a nadar, andar de bicicleta ou falar uma língua estrangeira. Além disso, computador sempre faz o que se manda fazer. Esses dois fatores levam à criação de uma sensação de poder em um ambiente totalmente alienado da realidade."

Aliado à influência da televisão, o "caráter alienante" pode produzir efeitos esquizofrênicos, levando a criança a confundir o mundo real com o imaginário representado pelas máquinas.

Através dos argumentos apresentados por estudiosos do setor, pode-se concluir que a forte influência da tecnologia como processo de aprendizagem pode transformar a criança num verdadeiro robô, assumindo a identidade da máquina.

De qualquer maneira, é importante lembrar que "a tecnologia é que está a serviço da humanidade, e não está a serviço das máquinas".

Sala das Sessões,

Deputado **Ruy Codo**.

Esse o projeto, Sr. Presidente, que apresentei hoje à douta Mesa da Câmara, no sentido de que ele seja aprovado.

Não podemos admitir que, na escola de 1º grau, seja ensinada a alfabetização do aluno através da máquina, porque essa não informa o mais importante. É a alma que a professora e o professor transmitem ao aluno, é aquela sensibilidade que a máquina não tem.

Infelizmente, Sr. Presidente, li pela imprensa que algumas escolas estão adotando máquinas para alfabetizar o aluno. Será o caos, Sr. Presidente, para este País pobre, miserável, onde precisamos dar alma a esse povo, mostrar o caminho através da alma, e não somente o 2º mais 2 são 4, através do computador.

Por isso, é preciso que esse projeto seja aprovado, proibindo que sejam utilizados os computadores para o ensinamento desse oceano de crianças analfabetas que tem este País. O que precisamos, realmente, é dar condições às professoras, dar maiores verbas para a Educação, porque só assim poderemos construir este País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nobre Deputado Ruy Codo, ouvi, no início do seu pronunciamento, que V. Exª está se despedindo da Casa. Quero dizer que deploramos e esperamos que V. Exª retorne, porque acompanhei a trajetória de V. Exª, no período de 1978 a 1982, quando, por várias vezes, presidi estes trabalhos. Vi sua combatividade, seu pensamento sendo pautado para o supremo interesse do País e, muito especialmente, daqueles seres que nos substituirão, amanhã, que são as crianças.

Quero, nesta oportunidade, desejar felicidades a V. Exª, e votos de breve retorno.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RUY CODO — Muito obrigado, Presidente Jorge Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Mattarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente,

Srs. Congressistas: há um ano, o principal tema de reuniões realizadas entre os trabalhadores da região de Guariba, a cerca de 20 quilômetros de Jaboticabal, era a mudança do sistema de corte da cana de cinco para sete ruas. Os professores José Jorge Gebara e José Giacomo Bacarin, de Economia Agrícola da Faculdade da UNESP de Jaboticabal, vinham realizando uma pesquisa junto aos trabalhadores bóias-frias, exatamente, sobre as consequências da mudança ocorrida da última safra para esta.

Constataram que, pelo novo sistema, o trabalhador consegue cortar uma quantidade menor de cana, despendendo, entretanto maior esforço físico.

Quase todos vinham se queixando de câimbras, em função de terem que andar por um percurso maior, carregando cana em seus ombros.

As usinas passaram a usar esse sistema por razões econômicas, que não levaram em conta os seus efeitos sociais. Em primeiro lugar, o sistema de colheita em sete ruas permite que se tenha uma menor quantidade de terra na moenda da usina. A máquina, ao abocanhar a cana na roça, apanha menor quantidade de terra, o que resulta em menor desgaste na moenda das usinas, que justamente constitui uma das maiores despesas. Em segundo lugar, o sistema de sete ruas exige menos transporte de veículos para recolher a cana depositada no solo, propiciando economia de combustível. Em terceiro lugar, o sistema resulta em menor compactação da terra e menor destruição das soqueiras de cana, tornando maior a produção do ano seguinte.

O menor custo para as usinas, todavia, é apenas aparente, porque não leva em conta as consequências de maior desgaste físico e menor remuneração para o trabalhador. Este precisa ter as condições de liberdade de se organizar e de debater os seus problemas, sem que se sinta reprimido.

Um bom cortador de cana, pelo sistema de colheita em cinco ruas, consegue colher cerca de dez toneladas por dia. No ano passado ele obtinha de 450 a 800 cruzeiros, do começo ao fim da safra, respectivamente, por tonelada colhida. Pelo sistema de sete ruas, o bom cortador consegue colher de 6 a 7 toneladas por dia. Até há pouco, não estava ainda definida quanto seria paga a tonelada, mas está em torno de 1.400 cruzeiros. Muito embora a remuneração por tonelada colhida tenha acompanhado aproximadamente a inflação, o trabalhador acaba obtendo 30 ou 40% a menos, com maior esforço.

Em vista da recessão, o desemprego se agrava por quase todas as regiões, fazendo com que o trabalhador não consiga se beneficiar dos aumentos de preços dos produtos agrícolas. O que acontece na produção de laranja ilustra isso muito bem, conforme mostra a tensa situação social de Bebedouro. Ao longo da safra de 1983, o preço da caixa de laranja paga ao produtor estava em torno de 800 cruzeiros, enquanto que o "bóia-fria" recebia cerca de 60 cruzeiros por caixa colhida. Em 1984, enquanto o preço da caixa de laranja passou para 3.000 cruzeiros, em função, em boa parte, do aumento de exportação de suco para os EUA, o trabalhador volante está recebendo de 60 a 80 cruzeiros à caixa colhida, justamente reivindicando, agora, uma remuneração mais condizente.

É importante ressaltar que o Presidente João Baptista Figueiredo, desde 1979, disse ser o desenvolvimento da agricultura a sua prioridade maior. Todavia, o progresso agrícola, mesmo na região mais modernizada do País, a de Ribeirão Preto e Sertãozinho, não se traduziu em melhoria efetiva para o trabalhador. Esse, em especial, no tempo de entressafra, não tem tido qualquer alternativa de remuneração na presente conjuntura de crise. Nessa situação, um aumento das taxas de água e luz da SABESP e da ELETROPAULO colocam as famílias de bóias-frias em situação de extrema tensão.

Lamentável, nessas circunstâncias, que um governo democrático enfrente uma situação de revolta dando tiros a esmo. Conforme ressaltou, hoje à tarde, o Deputado Ailton Soares, Líder do PT, mesmo nas regiões mais pobres do Nordeste, forças de segurança têm enfrentado situações de saque e de motins por fome, sem causar incidentes de morte como o ocorrido em Guariba, ontem. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, e Srs. Congressistas, em homenagem à coerência e à dignidade, gostaria de que fosse transcrito, nos Anais do Congresso Nacional, a carta do Cientista e Professor Otto Alcides Ohlweiler, ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que este professor se recusa a receber o título de doutor *honoris Causa* daquela Universidade. S. S^a argumenta que, por motivação política e por irrestrita solidariedade a todos que foram perseguidos, adia, *ane die*, a outorga do título de doutor *honoris causa* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Gostaria de que essa carta, por importância, e pelas motivações nela arroladas, fosse transcrita nos Anais do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOÍNO EM SEU DISCURSO:

Porto Alegre, 5 de março de 1984

Exm^o Sr.

Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira

M.D. Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nesta

Sr. Reitor Magnífico:

Através de ofício emanado da Reitoria da UFRGS, com data de 6 de dezembro p.p., tomei conhecimento da resolução do egrégio Conselho Universitário, tomada em reunião de 1^o daquele mesmo mês, de conceder-me o título de Professor Emérito, sancionando assim, em última instância, uma proposição neste sentido aprovada pela Congregação do Instituto de Química.

Sinto-me deveras reconhecido para com todos aqueles que, de uma ou de outra forma, contribuíram para levar a proposição da Congregação do Instituto de Química até à decisão final do Conselho Universitário. Todavia, devo informar que, em virtude de razões que passarei a expor, não pretendo agora receber o honroso título de Professor Emérito. Esta decisão, que me custou longas e maduras reflexões e resultou, finalmente, como um imperativo de consciência inarredável, prende-se às simplificações do processo de repressão política desencadeado no seio da nossa Universidade — em simultaneidade com o que aconteceu em outras Universidades do País — após a instauração da ditadura militar em 1964.

Os professores atingidos pela repressão política foram acusados da prática de subversão da ordem, numa singularíssima situação em que aqueles que, de fato, haviam subvertido a ordem constituída assumiam o papel de acusadores, e os que a haviam defendido apareciam como acusados de subversão. Na verdade, contra os professores visados pela repressão não foi possível configurar mais do que pretensos delitos de opinião.

Posto que não há crime sem que haja uma lei anterior que o defina e, na ausência de instrumentos legais que definissem os delitos de opinião atribuídos aos professores das Universidades brasileiras perseguidos por motivos políticos pelo regime militar, é óbvio que os acusados não poderiam ser indicados e julgados no âmbito da

justiça ordinária. Então, o regime apelou para a intervenção pura e simples nas Universidades, aí impondo *manu militari* a constituição de Comissões Especiais de Investigação Sumária, que foram integradas por elementos do corpo docente que os Conselhos Universitários e as Congregações das Faculdades foram virtualmente compelidos a indicar. Foi o recurso adotado — não importando quanto ferisse a autonomia das Universidades — para emprestar uma aparente legitimidade à repressão que iria atingir cerca de uma centena de professores no País. Via de regra, as Universidades brasileiras dobraram-se inermes às exigências da intervenção castrense. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul não fugiu à regra geral. É certo que em algumas de suas unidades pode ter havido o propósito de evitar um “mal maior” com a indicação de representantes menos inclinados a sancionar os “exageros” pretendidos pelos propugnadores da razia. Seja como for, do ponto de vista estritamente político, a UFRGS, tendo à época como Reitor o prof. José Carlos Fonseca Milano, legitimou a repressão política contra seu corpo docente, em consequência do que foram demitidos muitos dos seus melhores professores. Não há como negar: a repressão desencadeada nas Universidades, após o golpe militar de 1964, foi parte inseparável da vasta onda de repressão que varreu o País e que não raro culminou com bestiais crimes cometidos pelos chamados órgãos de segurança.

A Comissão Federal de Investigação Sumária na UFRGS tinha como presidente nominal um professor da Faculdade de Economia, já falecido; mas, a direção efetiva ficou enfiada nas mãos do interventor militar, o Gen. Jorge Garrastazu Teixeira. Na época, tendo eu sido obrigado a comparecer ante a Comissão Especial, pude constatar pessoalmente com que aqodamento e parcialidade eram reunidos ou fornecidos os elementos de acusação. Um único episódio será suficiente para mostrar que a dita Comissão Especial, pelos fins que perseguia e os métodos que teve de adotar, tinha mesmo que acabar encenando uma verdadeira ópera bufa de mau gosto. Quando compareci ante a subcomissão pertinente, ao ser interrogado pelo senhor General Interventor, eu havia refutado uma série de acusações despropositadas e irrelevantes, o que fez com que aquele, inconformado, depois de afirmar que iria relatar um fato por ele mesmo presenciado, voltasse à carga com a seguinte acusação: que eu, paraninfando uma turma de formandos da Escola de Engenharia em 1949, teria pronunciado no ato de formatura, dado como tendo ocorrido no Salão Nobre da Reitoria, um discurso tão radical que o Diretor daquela Escola, apontando como sendo então o professor Luiz Lesseigneur de Faria, ao ensejo de sua oração no encerramento da cerimônia, tivera de refutar as teses por mim defendidas. Ponderei que, não obstante o Sr. General Interventor ter a tudo assistido segundo insistia, a formatura não fora no local apontado pela simples razão de que o prédio da Reitoria sequer estava construído; e, mais, que o Diretor da Escola, na época, era o professor Lelis Espartel e não o professor Faria; e, finalmente, que aquele em nenhum momento se referira ao meu discurso. O Sr. General-Interventor teimou na sua versão, obrigando-me a apelar para o testemunho de um membro da subcomissão para fazer prevalecer a minha. Ora, mesmo não considerando as inverdades reiteradas, a acusação era uma tolice que nada podia configurar de delituoso a não ser para um caricato aprendiz de Torquemada. Deixando de lado o aspecto cômico do episódio, o que, como conclusão, desejo ressaltar é que acusações deste tipo formaram, na verdade, a tônica das investigações procedidas pela Comissão Especial, o que, entretanto, não impediu ao Sr. General Interventor de poder levar impavidamente até o fim a sua missão de inquisitor; ou, mesmo, proclamar mais tarde a uma revista de grande circulação nacional que a Comissão tivera

“um funcionamento muito bem elaborado”, sob o argumento de que os processos tinham formado uma pilha de papéis de mais de um metro de altura!

Agora, passados que são cerca de vinte anos desde a ocorrência dos fatos relatados, eis-me diante da resolução do Conselho Universitário concedendo-me o título de Professor Emérito. Numa plena reafirmação dos princípios filosóficos e políticos que esposo e pelos quais a repressão pretendeu me atingir, não posso deixar de avaliar a resolução do Conselho Universitário no contexto mais abrangente dos acontecimentos ocorridos no âmbito da Universidade em decorrência do golpe militar de 1964, não só na parte que feriram os meus direitos de cidadão, mas também pelo que representaram para a vida da nossa Universidade.

Entretanto, tomarei a liberdade de tecer algumas considerações a respeito do parecer exarado pela Comissão nomeada pelo Conselho Universitário para opinar sobre a proposição originária da Congregação do Instituto de Química propondo me fosse concedido o título em questão. O parecer reúne uma série de generosas referências à minha atividade docente na Escola de Engenharia, na Faculdade de Filosofia e no Instituto de Química, ao longo de quase cinqüenta anos. Apraz-me reconhecer que durante esse tempo recebi da Universidade quase sempre todo apoio para poder levar a cabo os empreendimentos em que me empenhei; sou grato por isso e, quanto a mim, fiz o que estive ao meu alcance e nada mais que meu dever. Entendo, outrossim, como um aspecto positivo a preocupação manifestada pelos signatários do parecer em registrar a minha atividade como cidadão numa dimensão global, não omitindo inclusive minha longa militância na corrente do pensamento marxista, que vem desde os tempos da ditadura getulista. Devo, entretanto, fazer alguns reparos àquela parte do parecer que procura relacionar, equivocadamente, o fato de eu não ter sido demitido da função de professor universitário pelo processo repressivo em 1964 a que eu não me teria valido da cátedra para fins de “proselitismo político”. A minha opinião é, entretanto, outra e vou registrá-la como um depoimento que poderá ser útil para o levantamento histórico dos acontecimentos em foco. Em primeiro lugar, devo esclarecer que a Escola de Engenharia, tendo à época como Diretor o professor Luiz Lesseigneur de Faria e como representante na Comissão de Investigação o professor Saviniano de Castro Marques, não favoreceu, no âmbito da sua jurisdição, que prevalecesse o clima de caça às bruxas, donde resultou que nenhum dos cinco professores indiciados — entre os quais eu próprio figurava —, afora o constrangimento de um comparecimento forçado ante um tribunal de origem espúria, fosse punido, muito ao contrário, pois, do que sucedeu em outras unidades, onde a convivência com a intervenção foi até à delação e à intriga. Insisto no ponto de vista de que é preciso reconhecer que todos nós, os professores da UFRGS, na época levados ante a Comissão de Investigação, o fomos única e exclusivamente em virtude de nossas convicções políticas e de nossa oposição ao regime imposto pelo golpe militar. Em segundo lugar, a afirmação em apreço envolve uma formulação que, sobre expressar uma opinião equivocada como mostrei, ainda tem o vício de implicitamente justificar a penalização dos professores que foram expulsos arbitrariamente da Universidade. Ora, o aspecto essencial da questão, que precisa ser reconhecido e proclamado, é a ilegitimidade original daquele tribunal de exceção, na época constituído sob intervenção militar na Universidade, e cuja finalidade precípua era atingir um certo número de docentes para fazer calar pelo terror as vozes da oposição ao novo regime no seio do magistério.

Em consonância com a linha geral de raciocínio que venho de expor, devo declarar, motivado por razões de

ordem política e também por um sentimento de irrestrita solidariedade a todos os colegas que foram atingidos pela repressão, não existirem as necessárias condições para que eu possa receber o título que me é oferecido e, portanto, opto pelo adiamento *sine-die* de sua outorga. No início da década de 1970, o escritor Érico Veríssimo recusou o título de Doutor **Honoris Causa**, por entender que a nossa Universidade era então uma instituição ocupada. Hoje, certamente, não é esta exatamente a situação na Universidade, quando mais não seja pela razão que é toda a sociedade civil que frontalmente repele o autoritarismo castrense e vigorosamente exige o alargamento das liberdades democráticas. Mas, também não é menos certo que até aqui não foi esboçada nenhuma avaliação auto crítica em relação ao processo de repressão desencadeado na Universidade nos anos 60. A Igreja "reabilitou" Galileu transcorridos aproximadamente 350 anos desde sua condenação, mas sem dúvida teye a grandeza moral de reconhecer seu erro. De fato, a análise dos acontecimentos que marcaram tão negativamente a vida da Universidade com a implantação do regime militar no País, é uma necessidade impostergável para a conservação da memória histórica da instituição; é também um imperativo para a afirmação de uma maior autonomia da Universidade, autonomia essa indispensável para que aquela possa contribuir com uma produção cultural autêntica e, ao mesmo tempo, converter-se em um foro respeitável para o debate dos grandes problemas contemporâneos. Na medida em que me for reconhecido o direito de fazer alguma sugestão com vistas a favorecer o encaminhamento de uma tal análise, eu reivindico a publicação desta carta no Jornal da Universidade e lembro a conveniência de que seja liberada, para os estudiosos da nossa História, toda a documentação concernente ao processo de repressão na Universidade a partir do golpe militar de 1964. Outrossim, desejo consignar que, não tratando esta carta de questões de ordem privada, considero-me no direito de, eventualmente, dar a ela publicidade se achar conveniente.

Eis, Sr. Reitor, as ponderações que achei devia fazer em resposta à resolução do Conselho Universitário que motivou esta carta. Solicito, atenciosamente, que faça transmitir o teor da mesma ao conhecimento do Conselho Universitário. Receba, enfim, os meus protestos do maior respeito e da mais alta consideração.

Saudações cordiais,
Otto Alcides Ohlweiler

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho à tribuna porque, hoje, na hora em que aparteei o ilustre Deputado Edison Lobão, o tempo estava esgotado e não pude esclarecer o assunto.

Naquela ocasião eu dizia que a Prefeitura de Belo Horizonte foi assaltada, e roubaram meu mandato de madrugada. Digo isto e provo. Nós estávamos fora do Ato Institucional nº 1. O Governo do Estado, forças militares, Polícia Militar, Polícia Civil, cercaram a Câmara Municipal, e o General Diósforo do Vale e o Coronel José Geraldo disseram aos vereadores: "Os Senhores não podem sair daqui antes de arranjar uma forma legal para o afastamento do Prefeito Jorge Carone". O que fizeram os vereadores? Uns foram buscados de rádio-patrolha, outros foram trazidos de jipe, usado para pegar cachorros na rua, outros estavam andando e começaram a correr, mas a polícia corria mais e conseguiu pegar os vereadores à força e pô-los dentro do carro. Fechou a porta e disse: "Enquanto não houver uma solução legal, os senhores não podem sair daí".

Então, isso é roubo, é assalto, isso é esbulho. Eu era o Prefeito e o Vice-Prefeito era o Sr. Jair Negrão de Lima. O que eles fizeram? Impediram-me e ao Jair Negrão de Lima, como Vice-Prefeito; depois, indiretamente — o que não podiam — a Câmara Municipal elegeu o Sr. Oswaldo Pierucetti Prefeito e reelegeu o Jair Negrão de Lima Vice-Prefeito. Então, o que aconteceu foi o seguinte: o meu Vice-Prefeito não pôde tomar posse, porque a sucessão normal seria que, eu afastado, o Jair Negrão de Lima assumisse como Presidente da Câmara Municipal. Eles me impediram e impediram o Jair Negrão de Lima, que era o Vice, alegando que ele não estava no Município de Belo Horizonte. Depois o reelegeram.

Com relação a problemas militares, digo com toda sinceridade: eu não tenho problemas na área militar. Nesse período todo — vamos dizer —, de atos institucionais, sempre tive independência nos meus pronunciamentos. Nunca, nenhum militar me criou problemas, porque os militares sabem, realmente, que foi feito um assalto, que foi feito o roubo de um direito, pois o povo havia me escolhido para Prefeito. E aquilo ficou durante um ano para ser julgado: ficou em poder do Desembargador Faria Alvim, que demorou um ano, quando veio o Ato Institucional nº 2, feito para cassar Sebastião Paes de Almeida; feito para impedir minha volta à Prefeitura, porque ele era iminente, em virtude de decisão judiciária.

Agora, a minha opinião é muito simples. Eu não sou contra os militares, com relação à autoridade. Quando fui Prefeito, realmente, eu tinha autoridade. A minha autoridade nunca foi desrespeitada. Sou realmente um homem público que respeito e quero respeito à hierarquia. Sou um homem que não participo de bagunça, nunca participei na minha vida pública. Posso fazer, posso não ser contra a greve, mas fui um Prefeito e um Deputado que nunca participou de um movimento de greve.

Com relação aos militares, os acuso de uma só coisa: baterem demais na classe política. Isto foi feito pelos governos militares, porque as Forças Armadas não têm nada a ver com isso: A maioria dos elementos das Forças Armadas estão sofrendo uma inflação de 240%, eles são vítimas como os civis são. Eu digo o grupo militar que se apoderou do País, este sim é responsável, este sim eu critico, eu falo e procuro combater. Mesmo assim respeito. Ninguém ouviu, até hoje, eu chamar um dos presidenciais, aqui, de desonesto, de corrupto, de ladrão. Eu respeito todos os homens públicos.

Terminando, Sr. Presidente, quero só lembrar que tenho uma única reclamação da Revolução. É que ela só pegou lambari, só pegou sardinha. Ela não teve coragem de bater em cima das multinacionais, dos banqueiros, dos grandes proprietários, dos grandes latifundiários. Isto eu reclamo. Não sou contra os militares. Acho que os militares agiram, até certo ponto, num momento extremo, como o momento que atravessamos agora.

Já disse que se a classe política não tiver muito juízo, vai acontecer o que D. João VI disse a D. Pedro I: "Pedro, coloque esta coroa na cabeça antes que algum aventureiro o faça". Temos de ter muita compreensão, antes que um militar, aí, resolva colocar a coroa na cabeça e termos que agüentar, aqui, mais vinte anos de troca de militares e de tecnocratas. Chega! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amadeu Gera.

O SR. AMADEU GEARA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A partir de 1978, quando a economia nacional entrou na fase mais aguda da crise que hoje apavora a todos nós brasileiros e preocupa credores e parceiros estrangeiros, o Governo procurou — e até certo ponto conseguiu — criar fatos políticos que servissem para desviar a atenção do Congresso.

Calcanhar-de-Aquiles do período revolucionário, o fracasso na condução da economia coloca em evidência a responsabilidade de quantos se aventuraram a aplicar fórmulas mirabolantes copiadas de modelos que não guardam qualquer semelhança com as peculiaríssimas condições brasileiras.

Mais do que demonstração inequívoca de incompetência e incapacidade, a investigação das causas do fracasso econômico fatalmente conduziria, como realmente conduziu, ao comprometimento de pessoas do Governo com fraudes, favorecimentos, trapagens, falências, comissões, subornos e submissão quase absoluta a interesses internacionais.

Aos poucos foi possível entender o que realmente queria dizer o Sr. Delfim Netto, quando ele afirmava que primeiro era preciso concentrar, para depois dividir: naturalmente, o Ministro preferiu concentrar a atuação da área econômica do Governo em projetos que viabilizassem retribuições e gratificações aos traidores nacionais, pagas pelos poderosos grupos daqui e de fora, diretamente beneficiados pelo lucrativo, porém ultrajante, plano de empobrecimento da Nação e enriquecimento dos envolvidos no bando impune, cujo crime maior é o de lesa-pátria.

Os escândalos foram tantos, tão freqüentes e tão vultosos que assumem a dimensão de vergonha nacional, muito embora nosso povo, hoje em dia, como que narcotizado, já não demonstre sua repulsa com a mesma intensidade dos velhos tempos, saudosamente lembrados como democráticos.

Anestesiado o povo, também pelo temor da repressão e da censura que o País conheceu após 64, as trapagens com dinheiro público despertam curiosidade temporária na grande massa, mas podemos ter certeza de que esses escândalos injetam em cada cidadão o estímulo necessário para derrubar do poder, pela via ordeira e democrática, aqueles que desgraçam o trabalhador, destroem a empresa brasileira e negociam até a nossa soberania.

O Governo envolveu os políticos em questões partidárias e eleitorais nos últimos cinco anos, de modo que o debate econômico ficou relegado para um segundo plano. Mesmo assim, não foram poucos os Deputados e Senadores que, no âmbito do Congresso Nacional, produziram análises profundas e denunciaram fatos revoltantes que, atingindo os cofres do Estado, empobreceram e endividaram a cada um e a todos os brasileiros.

No Plenário das duas Casas do Congresso, bem como nas Comissões Técnicas, nas Comissões Mistas, nos simpósios e seminários, nas Comissões de Inquérito, a economia foi esmiuçada, a bandalheira revelada.

É imperativo que se faça justiça aos órgãos de informação: especialmente a imprensa teve o grande mérito de, acima do dever de informação e orientação, buscar com perseverança e ousadia, no emaranhado de artifícios e empecilhos, os indícios e provas dos desmandos administrativos.

Agora, uma vez mais, é um órgão da imprensa que abre o debate sobre questão econômica. O **Jornal da Tarde** iniciou na última segunda-feira uma série de reportagens sobre a situação das micro, pequena e média empresas no Brasil e seu papel na economia nacional, com a intrigante manchete, "Os Guerrilheiros invisíveis atacam. E nós apoiamos".

A matéria analisa prioritariamente a microempresa não legalizada, num momento que coincide com a realização de debates na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, hoje iniciados com o seminário sobre a pequena e média empresa. Ao mesmo tempo, o Executivo envia ao Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 154 para isentar a microempresa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e do imposto municipal sobre a prestação de serviços de qual-

quer natureza, juntamente com o Projeto de Lei nº 3.473, que consolida o chamado "Estatuto da Microempresa".

No mesmo dia em que o **Jornal da Tarde** iniciou a sua série de reportagens, o Líder do meu Partido, Deputado Freitas Nobre, em lúcido pronunciamento, alertou para os efeitos da ditadura fiscal sobre a economia, agravando os impostos, majorando tributos, onerando emolumentos, além da corrupção que invade todos os setores e obriga o pequeno e o médio empresários a ingressar no que apropriadamente chamou de "mecanismo de chantagem".

O Deputado Freitas Nobre destacou a importância dos levantamentos feitos pelo jornalista Ruy Mesquita, que veio compensar, com as reportagens do **Jornal da Tarde**, a omissão do Governo no enfrentamento da realidade da economia invisível ou informal, geradora de ocupação no grave quadro de desemprego do País, mas lesiva aos interesses do Estado e da comunidade.

O ideal seria, Sr. Presidente, que todas as reportagens do jornal fossem transcritas nos Anais desta Casa, pela contribuição magnífica dessa matéria ao entendimento da realidade econômica, e também ao entendimento dos reflexos da atividade abordada na estabilidade social do Brasil, conforme enumera o jornalista:

"A implantação da democracia neste País está condicionada à sorte desses guerrilheiros, porque, em primeiro lugar, é o crescimento das suas fileiras, à medida que a crise que atravessamos se vai tornando mais aguda, que evita a explosão social que liquidaria com qualquer esperança de democracia. Em segundo lugar, o tipo de atividade que exercem e a maneira como a exercem vai disseminando por todo o território nacional um espírito comunitário que nunca existiu antes da nossa História e é condição básica para que viceje qualquer democracia. Em terceiro lugar, porque eles já constituem hoje, pela sua expressão numérica, uma força política em potencial que, quando dinamizada em uma representação partidária, será a única capaz de se opor à vaga estatizante que avassala hoje em dia e domina literalmente todos os partidos políticos existentes, ainda que por motivos diferentes."

O jornal se refere ao envio do Projeto de Estatuto da Microempresa para o Congresso como uma vitória, vitória parcial, porquanto ela apenas significa que o Governo admite a necessidade de atender a essa problemática. Mas adverte que a grande batalha está por vir, pois ela será travada durante a tramitação da matéria. Diz o jornal:

"No Congresso eles enfrentarão inimigos poderosos, porque são poucos os políticos brasileiros, seja qual for a sua filiação partidária, capazes de entender por que a sorte desse segmento da nossa economia é mais importante para a viabilização de um regime democrático entre nós do que uma eleição direta."

Em outro trecho, o articulista diz o seguinte:

"Temos a esperança de que a publicação desta série de reportagens, depois que o Projeto de Estatuto da Microempresa de Hélio Beltrão já está no Congresso, contribua para que lá predominem aqueles que desejam torná-lo ainda mais favorável aos Guerrilheiros da Prosperidade Nacional sobre aqueles que são seus inimigos juramentados, ou porque são totalitários por convicção ou porque, por uma espécie de deformação mental provocada por 20 anos de domínio absolutamente da vida nacional por um Estado que não cessou de se agigantar,

não conseguem enxergar solução alguma que não parta do Estado."

Antes de destacar outros pontos das primeiras reportagens desta série tão oportuna, já que não seria possível registrar toda a matéria, quero manifestar estranheza pela reação do Líder Nelson Marchezan, que, logo após o discurso do Líder do meu Partido, considerou as declarações do Deputado Freitas Nobre como de combate ao projeto da microempresa. Este fato só pode ser debitado ao desgaste que o Deputado gaúcho vem sofrendo, em razão dos encargos na direção da bancada de um Partido que implodiu, na tentativa de referendar as ações de um Governo ilegítimo, que aceleradamente caminha para a derrota final, vitimado pelas contradições internas, que se encontram até mesmo no núcleo do poder.

Sim, o Líder do Governo estaria sendo vítima de sensível desgaste mental, pois no vigor da sua meia idade não poderia desculpar-se com problemas auditivos, que poderiam tê-lo impedido de ouvir as claras palavras do Deputado paulista, que aqui repito: "Por isso, reclamamos ao Governo atitude coerente com a realidade, não apenas assegurando, através do Projeto em tramitação, a defesa da pequena e média empresa, mas, especialmente, a proteção efetiva a esse setor, a fim de que a ação fiscal tão próxima do confisco seja reduzida e a corrupção, que bem conhece os escaninhos desse imenso subterrâneo, seja destruída, para que essas empresas venham à luz do dia e seus empregados possam gozar dos benefícios da proteção social, especialmente da assistência previdenciária".

A mesma linha de pensamento, muito clara da parte do nosso Líder e do **Jornal da Tarde**, foi confusamente adotada pelo Deputado Marchezan, em declarações que cito agora: "... nós, do PDS, somos favoráveis ao Projeto, embora estejamos prontos a receber sugestões e críticas... estamos aqui também dispostos a ouvir as sugestões da Oposição não que se refere a esses milhões de trabalhadores que, segundo diz S. Ex^a, o que ponho em dúvida, existem à margem de Previdência Social..."

O jornal estima que haveria 800 mil empresas clandestinas no Brasil, movimentando 50 por cento da economia do País, subtraindo 125 bilhões de dólares do nosso Produto Interno Bruto, mas oferecendo, por outro lado, 30% dos empregos.

Não bastassem essas informações, não teria o Líder do PDS como contrariar o IBGE, que acredita que esse setor da economia emprega hoje dez milhões de brasileiros, a maior parte dos quais sem direitos trabalhistas e sem qualquer vínculo com a Previdência Social.

Destaco, de passagem, esse ponto, para caracterizar a afoiteza do Deputado Marchezan, ao criticar aspectos do pronunciamento do Deputado Freitas Nobre.

Resta a esperança que desta vez haja sinceridade nas intenções do Governo e nas palavras do seu Líder na Câmara, para que tenhamos um amplo debate nacional que certamente haverá de ampliar os dois projetos.

No início do ano passado, após participar do programa Ferreira Neto, conversei com o Ministro Hélio Beltrão sobre alguns aspectos do então embrionário Estatuto da Microempresa.

Continuo acreditando que a iniciativa do Governo ainda é tímida e, afinal, apenas legalizará algumas situações que existem de fato. Espero que as discussões, dentro e fora do Congresso, tenham a virtude de propor alterações profundas na base da estrutura trabalhista e previdenciária.

Se o enfrentamento do problema é para valer, não podemos nos contentar com uma política paternalista para o setor.

É necessário tributar méritos ao ex-Ministro Hélio Beltrão e reconhecer que os projetos do Governo significam um primeiro passo, um avanço na consolidação de

uma política de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as microempresas, como se lê no artigo 1º do Projeto de Lei nº 3.473, mas há que ir mais longe.

A ótica do Governo é do microempresário que continuará eternamente como micro, quando na verdade a microempresa é um segmento importante da economia, que começa com reduzida atividade na indústria ou na prestação de serviços.

Em todo o mundo, com mais evidência nos países industrializados, constata-se a evolução dos serviços de fundo de quintal como os geradores dos grandes empreendimentos. Muitos dos grandes inventos e até de impulsos tecnológicos tiveram origem nesse tipo de atividade.

Exemplos seriam cansativos, mas quero fazer dois registros: a Fundação Müller e Irmãos, pequeno negócio iniciado há mais de 60 anos em Curitiba, hoje é uma siderúrgica com técnicas próprias, empregando centenas de pessoas e com produtos de qualidade acima da média de similares: No Rio Grande do Sul, Atílio Forte começou com pequena oficina de conserto de máquinas de costura importadas, evoluindo lentamente até a 2ª Guerra, quando passou a fabricar esses produtos em pequeno barracão na cidade de Novo Hamburgo. Hoje, poderosa indústria de máquinas para confecção de calçados, exporta para o mundo todo máquinas aperfeiçoadas pelas experiências da fase inicial da empresa que propiciaram o desenvolvimento da tecnologia própria.

Acredito que além de certas facilidades para a existência das microempresas, ou da eliminação de certos tributos, é preciso centrar o debate em cima de três pontos essenciais para a existência, permanência e crescimento das microempresas: a capacidade gerencial, o domínio tecnológico e o acesso ao mercado de capitais.

A microempresa representa a verdadeira escola de administração num País como o nosso, com suas peculiaridades de dimensão, de nível cultural e de estágio de desenvolvimento. O investimento de mais elevada lucratividade, de mais imediato retorno, de maior importância econômica é aquele que o poder público realiza no homem, naquele que tem coragem e disposição para assumir a responsabilidade de um pequeno negócio.

É fundamental a orientação programada para que tais empresários tenham uma visão global do mercado em que atuam, com análises do comportamento dos concorrentes, com avaliação correta do ciclo dos negócios, na previsão do aumento da demanda e retração do mercado, entre outros aspectos, capacidade gerencial que não se aprende num dia, mas precisa de algum tempo para ser adquirida. O modelo econômico da fase dita revolucionária optou pela megalomania, com oferta de dinheiro subsidiado para tocar projetos nas áreas e com as dimensões que os bancos de desenvolvimento e o Governo queriam, empurrando os empresários para aventuras industriais acima, muito acima das suas capacidades de administração.

Quase todos os grandes projetos de desenvolvimento industrial faliram pelas loucuras dos tecnocratas do Brasil irreal, da economia de gabinetes, impondo de cima para baixo uma tática incompatível com a realidade, erros comprovados pelo sucateamento do nosso parque industrial.

Esse modelo delfiniano foi copiado de economias em estágio muito mais avançado e serviu principalmente às multinacionais, que trazem de fora elevada capacidade gerencial e operam com produtos de grande tecnologia e para exportação.

Falta esse apoio indispensável para que não apenas o micro, mas o pequeno e o médio empresários tenham condições de sobrevivência numa ação que permita que, de baixo para cima, se consolide uma mentalidade empresarial capaz de corresponder ao desafio que as potencialidades brasileiras apresentam.

O Governo tem uma infinidade de órgãos da administração direta e indireta ineficientes ou imobilizados, cabides de empregos políticos, distribuidores de mordomias, balcões de negócios onde os favorecidos em operações duvidosas têm a magna virtude de saber gratificar os funcionários que apressam, opinam ou autorizam negócios danosos ao interesse público e ao dinheiro arrecadado pela gananciosa estrutura fiscal.

Os microempresários e mesmo, de modo geral, as empresas do interior, não têm acesso ao capital de risco, apenas ao capital de empréstimo, sufocados no atoleiro da usura dos banqueiros, do custo insuportável do dinheiro a taxas de juros que são recordistas mundiais.

Milhares de empresários nacionais batem às portas dos credores, principalmente bancos de desenvolvimento, oferecendo suas indústrias, entregando suas empresas em troca das dívidas, para salvar pelo menos o seu patrimônio particular, cada dia mais comprometido pelo galope das correções dos compromissos financeiros.

É o momento de alterar a legislação do mercado de capitais no Brasil, permitindo a constituição de consórcios de investimentos regionais, de companhias de participação local, comunitárias.

Poderíamos buscar exemplos positivos em outros países, como as companhias de melhoramentos de regiões ou de cidades dos Estados Unidos, mas é mais fácil e prático analisar as experiências do Município de Toledo, no Paraná, onde a comunidade organizou-se para atuar em bases empresariais alicerçadas em técnicas próprias, em mão-de-obra especializada, com formação local e capitalizadas com pequenos e médios investimentos de homens e mulheres que são ao mesmo tempo financiadores, operários, administradores, consumidores e exportadores.

Tais formas de capitalização para os pequenos empreendimentos que não têm acesso ao capital de risco sugerem a aplicação de medidas legais que permitam a captação de recursos para aplicar na própria região, para esses empresários sem meios de aproximação com as bolsas de valores dos grandes centros. Até mesmo porque, sendo o mercado de ações altamente especulativo, ele não tem objetivos de fortalecer as empresas do interior. Ao lado dessas considerações, registro uma das opiniões de Fernando Portela no *Jornal da Tarde* de ontem:

"A primeira impressão, a impressão automática, é a de que estamos vivendo numa anarquia total, onde os mocinhos seriam os burocratas e os bandidos aqueles que tentam sobreviver. Mas o movimento informal é muito mais complexo e profundo. Mais do que sobrevivência é a única saída da iniciativa individual, privada, de fugir à estatização ou de ser devorada pelas macroempresas de cada ramo. É uma reação política. O Governo brasileiro, a partir de 1964, no entender dos comerciantes e pequenos produtores em geral, apenas favorece as empresas maiores. Um indício: o estímulo fiscal à exportação. Só as empresas grandes exportam produtos industrializados, com incríveis estímulos fiscais. Para uma pequena empresa, a dedução é tão insignificante que nem sequer compensa trabalhar para exportar. Trata-se de uma luta.

E como os fenômenos econômicos são dinâmicos e possuem vida própria, sob qualquer regime ou ideologia, os informais estão ganhando essa luta. O Governo é estático, estatizante, paternalista e injusto."

O Governo manda o Estatuto admitindo falhas, pelas palavras do seu Líder, mas quer desde logo faturar politicamente, dando destaque para as isenções de ICM e ISS até o limite de 5% da receita da arrecadação.

Precisamos ir mais longe, porque não pode o Estatuto visar somente os impostos que incidem sobre os produ-

tos transferidos ao consumidor, mas atentar para os encargos que aumentam o custo operacional da empresa, entre outros aqueles que dizem respeito ao uso da mão-de-obra, FGTS, PIS, Previdência Social, etc.

Vamos tentar com audácia equacionar os problemas dos microempresários com os encargos trabalhistas e previdenciários. Voltemos a discutir o seguro-desemprego (e o FGTS não é uma espécie de acanhado seguro-desemprego?). Idéias existem para financiar o seguro-desemprego e alterar na base os princípios do custeio dos encargos da Previdência Social; esse financiamento, todavia, não pode ocorrer através de tributos inflacionantes, mas com impostos não inflacionários que devem basear-se na renda. Para atender ao princípio da equidade social, antes de taxar sobre o faturamento das empresas é aconselhável tributar sobre os lucros.

Trata-se de uma formidável luta a ser travada contra as multinacionais e, internamente, contra os bancos, por exemplo.

Para tanto é preciso entender a realidade econômica do País, com as empresas nacionais em dificuldades nunca imaginadas e insuportáveis, tendo a situação agravada pela ditadura fiscal, estágio que já ultrapassa os limites da recessão para enquadrar-se no processo de depressão econômica e seus gravíssimos reflexos nos trabalhadores.

Ainda não estou convencido de que, em relação aos assalariados, o Estatuto da Microempresa possa alterar o perfil do nível de emprego. Se, por um lado, os assalariados da empresa consolidada correm o risco de perder o emprego, mas têm assegurados certos direitos consideravelmente onerosos para o empregador, não é tão simples admitir que os empregados nas microempresas, hoje enquadradas, em sua esmagadora maioria, como informais, tenham suas relações de trabalho regularizadas, asseguradas, registradas. Nem tampouco o sistema previdenciário terá melhorada a sua arrecadação, em função do curto ciclo de vida das pequenas atividades comerciais e industriais, como pode ser constatado com estatísticas oficiais sobre o volume de contribuições atrasadas, provenientes de pequenas empresas que desaparecem.

Enfim, é um universo de questões que se colocam para desafiar políticos, empresários e especialistas.

É preciso estimular, orientar, e diferenciar, sem paternalismo, os "Guerrilheiros da Prosperidade Nacional" e voltar à reportagem do *Jornal da Tarde*, que cita João Baptista de Morelo Neto, presidente da Junta Comercial de São Paulo:

"Acho que o Brasil ainda não se deu conta de que o pequeno é a figura predominante do nosso panorama, e que o Brasil é fundamentalmente feito de pequenos. Enquanto não se resolverem os problemas dos pequenos, não teremos um Brasil grande."

Esses problemas dos pequenos continuarão sendo de capacidade gerencial, de tecnologia e de acesso ao capital.

No Paraná, as empresas que têm faturamento até 10.000 ORTN representam 75,2% do total de contribuintes da fazenda estadual, respondem por 6,2% do total da saída de mercadorias, ocupam 22,6% do pessoal empregado no setor de indústria e comércio e significam 6,2% do valor adicionado. Donde se infere que ao lado de significativa ocupação de mão-de-obra demonstram baixa produtividade.

Os projetos, na Comissão de Constituição e Justiça, estão nas mãos do Deputado José Tavares, inteligente, honrado e promissor político paranaense que, para orgulho de seus patrícios, é o Vice-Presidente dessa Comissão.

Como relator, o Deputado José Tavares já se propôs a consultar todos aqueles que alguma contribuição pos-

sam trazer ao exame da matéria; tarefa difícil, complexa, que encontrará muitos complicadores, entre os quais me atrevo a destacar a reação dos contabilistas ao artigo 16, que dispensa a escrituração contábil e fiscal, o que reduzirá substancialmente o campo de atuação profissional dessa categoria.

Para concluir, Sr. Presidente, quero endossar as opiniões do meu líder quanto ao assunto, e reafirmar a necessidade de estudos corajosos sobre outros aspectos da questão, rendendo minhas homenagens ao excelente trabalho do *Jornal da Tarde*, que cito mais uma vez:

"O Governo enviou ao Congresso Nacional o Estatuto da Microempresa, uma idéia inicial de Hélio Beltrão, devidamente revisada pelos burocratas do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Planejamento. Mas os clandestinos não terão condições de se adaptar ao estatuto. Há uma esperança, alimentada pelo próprio ex-ministro Beltrão, de que o Congresso tenha um mínimo de sensibilidade para adaptar o estatuto às necessidades do Brasil real. O PDS e a Oposição, que nunca defenderam essas idéias, poderiam, quem sabe, despertar."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 e 7, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.070 e 2.075, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1983, que dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste, tendo

PARECER ORAL, proferido pelo Senhor Deputado Jorge Arbage, pela aprovação da Proposta e prejudicialidade da de nº 37, de 1983, que com ela tramita.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse **quorum**, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — **Item 2**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1983, que restabelece a destinação constitucional de três por cento da renda tributária na Execução do Plano de Defesa Contra os Efeitos da Seca do Nordeste.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, fica a votação adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Artur Virgílio Neto, que falará pela Liderança do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra como Líder ao nobre Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Eu, de fato, não desejava mais voltar à tribuna do Congresso hoje, mas o discurso do eminente Líder da Oposição obriga-me a essa tarefa para, se não promover uma análise geral do seu contexto, pelo menos referir-me a algumas partes, notadamente naquilo em que S. Exª se refere aos militares.

Sr. Presidente, realiza-se hoje a eleição do Clube Militar. É um fato normal que sempre ocorreu ao longo dos anos mas não sei porque, neste momento, procura-se emprestar a esse fato, que é normal, uma importância quase que avassaladora. Procura-se demonstrar que a eleição do Clube Militar vai marcar uma espécie de hégira entre o passado e o futuro, e que o Clube Militar, de repente erguido às alturas, haverá de se transformar num superconselho nacional, a ponto, talvez, de poder dirigir os destinos do País. E, quem sabe, da América Latina.

O meu eminente colega, Líder da Oposição, Deputado Artur Virgílio, refere-se a episódios do Clube Militar de 1924. Confesso que não sou muito versado nesses assuntos, e por isso me socorri dos conhecimentos do Senador Virgílio Távora, que é também militar e S. Exª esclarecia alguns pontos, dizendo que esses episódios não foram de 1924 e sim de 1922, primeiro. Segundo, naquilo em que o eminente Líder da Oposição se refere às três forças, àquela época, na verdade eram duas, porque o Ministério da Aeronáutica somente surgiu no início da década de 1940.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — V. Exª me permite um esclarecimento breve?

O SR. EDISON LOBÃO — Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Eu não me referi à terceira força. V. Exª talvez estivesse sonhando voar para a liberdade, hoje não conquistada no seu Partido, estivesse imaginando que eu tivesse dito Aeronáutica, eu disse. Eu não falei também em pesquisa espacial, não falei também em Oceanografia, falei em Exército e Marinha, apenas àquela época. Eu queria fazer a correção pelo respeito que tenho por V. Exª e pelo respeito à verdade histórica. E dois anos a mais ou dois anos a menos não cortarão o objetivo daquele discurso, que era o de garantir aos militares, o direito que, hoje, o regime tenta cercear, isto é, o de se pronunciar como cidadãos. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO — Muito obrigado pela intervenção de V. Exª. Eu o ouvi atentamente, não quis interromper V. Exª, porque preferia emitir o meu pensamento logo depois. Achei que V. Exª falou o quanto a seu juízo bastou, eu espero falar o quanto a meu juízo basta, na medida do Regimento.

Sr. Presidente, a tutela das Forças Armadas sobre o regime não passa de uma falácia, simplesmente não existe. É mais do que uma injustiça, uma acusação que se atira à face do estamento militar brasileiro. Os militares procuram manter-se na sua função constitucional e dela, nesse momento, não se retiram. Inúmeras vezes, ouvi neste plenário críticas à ingerência das forças de militares, de oficiais, de comandantes de Exército, de generais, e até de coronéis que, num passado recente, faziam declarações sobre questões políticas. A Oposição levantava-se como um todo, condenando aquelas mani-

festações. Vem este Governo e os Ministros Militares de algum modo adotaram uma linha de comportamento de ação que, naquele instante, recebeu o aplauso de todos. Era o de recomendar aos oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que se abstivessem de manifestações que não fossem nimamente militares. Mas vejo que agora este comportamento já não deve ser seguido, pelo menos na expressão do eminente Líder Deputado Artur Virgílio. Não, os militares devem se pronunciar, devem falar sobre tudo, não devem ser apenas militares. Na parte da tarde, eu aqui ouvi sobre os militares uma recomendação a mais, que já ouvi dezenas de vezes, a de que os militares devem voltar aos quartéis. Os militares se encontram nos quartéis. Mas esta noite, ouço o contrário. Os militares devem sair dos quartéis para as ruas, para as praças, para os clubes e para todas as instâncias, e emitir pronunciamentos sobre todos os fatos da vida nacional. Já não entendo mais que orientação deseja a Oposição, para o Governo e para as Forças Armadas.

A referência que faz S. Exª ao Ministro Walter Pires é também, a meu ver, injusta. O que o Ministro do Exército fez foi recomendar aos seus comandados que se abstivessem, de fato, de qualquer envolvimento de natureza política, porque esta não é sua função. Esta é a função do Comandante Supremo das Forças Armadas, o Presidente da República. Mas se o Ministro do Exército por isso é condenado, imagino o que ocorreria se o Ministro desse uma instrução contrária: os militares devem se pronunciar, devem dizer da Oposição, por exemplo, tudo aquilo que a Oposição diz dos militares e do Governo.

Nós estaríamos metidos, hoje, num verdadeiro caos, numa verdadeira desordem, numa anarquia verbal que acabaria por conduzir o País a tristes destinos.

Sr. Presidente, sobre a torrente acusatória ao Governo eu já ouvi tanto esta repetição. É um verdadeiro realejo, são as mesmas coisas todo o tempo. Eu já respondi, tantas vezes, as mesmas coisas — hoje mesmo já o fiz, talvez há uma hora — que acho dispensável voltar às mesmas teses e às mesmas alegações.

Sr. Presidente, por isto, encerro aqui estas minhas palavras. Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Flávio Bierrembach — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Os dois Líderes já se pronunciaram. Então não há mais razão para conceder palavra.

O SR. FLÁVIO BIERREMBACH — Agradeço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.)

TRECHO DA ATA DA 88ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 9-5-84, QUE SE PUBLICA POR Haver sido omitida no DCN DE 10-5-84:

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado José Genoíno

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — Sr. Presidente, solicito transcrição nos Anais do Congresso Nacional de nota à imprensa emitida pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

NOTA A QUE SE REFERE O DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO EM SEU DISCURSO

**PARTIDO DOS TRABALHADORES
DIRETÓRIO NACIONAL
NOTA À IMPRENSA**

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores — PT, reunido em São Paulo em 5 e 6 de maio, reafirma o propósito de continuar e intensificar a luta pela realização de eleições diretas, já, em 84. Dentro desta perspectiva, o PT anuncia desde logo que não participará do colégio eleitoral nem tampouco de quaisquer negociações que privem o povo de seu inalienável direito de eleger, ainda neste ano, o Presidente da República.

A apregoada conciliação com o regime autoritário só virá beneficiar as elites, em detrimento dos interesses da esmagadora maioria do povo. A história brasileira é pródiga em pactos semelhantes: setores das classes dominantes aliando-se para excluir o povo das decisões políticas.

Qualquer outro caminho que não seja o indicado pelo povo representará continuidade da submissão ao Fundo Monetário Internacional — FMI, com suas trágicas consequências — recessão, desemprego e fome. Representará igualmente a manutenção dos tradicionais mecanismos de manipulação e opressão da classe trabalhadora — Lei de Segurança Nacional e Consolidação das Leis do Trabalho, entre tantos outros

Coerentes, pois, com as posições que temos expressado reiteradamente, condenamos aqueles que insistem em ignorar a vontade manifesta nas praças do Brasil inteiro, tentando substituir as diretas, já, por enganosas alternativas (mandato-tampão, pseudoparlamentarismo, eleição pelo Congresso, etc.). Tais propostas desviam a luta democrática dos seus verdadeiros objetivos, dividem as oposições, confundem a população e carregam água para o moinho dos adversários das aspirações populares.

A votação da Emenda Dante de Oliveira (decisão ilegítima do Congresso Nacional, porque contraria a vontade dos brasileiros e tomada sob o jugo das medidas de emergência) marcou tão-somente o final da primeira fase da campanha, cuja tônica foi dada por grandes comícios e manifestações públicas, emprestando à luta parlamentar um conteúdo popular em paralelo com nossa vida política.

A segunda fase começa agora e, para que tenha êxito, impõe-se definições claras quanto aos métodos e objetivos. Reafirmaos, nesta oportunidade, o Comitê Nacional pelas Diretas (bem como os comitês regionais e locais) como o foro de orientação da Campanha, cujo espaço principal deve continuar sendo o das ruas e das praças, dos bairros, das empresas e das escolas.

Acreditamos que os partidos políticos e os movimentos populares, com base na riquíssima experiência acumulada nos últimos meses, reúnem todas as condições para levar adiante a campanha, possibilitando uma participação popular ainda mais expressiva.

Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores se empenhará junto ao Comitê Suprapartidário Nacional visando o realizar sucessivas jornadas nacionais de luta, com concentrações populares e paralisações do trabalho de maneira a que essas iniciativas, num crescendo, possam desembocar, conforme orientação unitária do movimento sindical, numa ampla e massiva greve geral, capaz de traduzir com superior contundência a vontade soberana da Nação.

São Paulo, 6 de maio de 1984

O Sr. Lélío Souza — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Deputado Lélío Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com amparo no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, requeiro a V. Exª se digne determinar o encerramento da sessão, pela óbvia falta de número para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Atendendo à questão de ordem levantada por V. Exª, com absoluta procedência, a Mesa encerra a presente sessão e vai

convocar uma outra, para cumprir dispositivo constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nos termos dos arts. 55, § 1º, *in fine*, e 51, § 3º, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 20 minutos, neste plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

Continuação da votação, do Projeto de Lei nº 1, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédi-

tos adicionais até o limite de Cr\$ 7.130.000.000.000,00 (sete trilhões e cento e trinta bilhões de cruzeiros) e dá outras providências (2ª sessão); e

Apreciação da Mensagem nº 140, de 1983-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.069, de 1983 (9ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície.

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Rus-somano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Görgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Subsecretaria de Edições Técnicas

SENADO FEDERAL

Brasília, DF — CEP: 70160

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

Preço: Cr\$ 900,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CÓDIGO PENAL

Parte Geral

Projeto de Lei nº 1.656, de 1983

Quadro Comparativo: — Projeto de Lei nº 1.656/83
— Anteprojeto de 1981
— Código Penal vigente

Notas explicativas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — 70160 — Brasília — DF — ou mediante cheque visado pagável em Brasília.

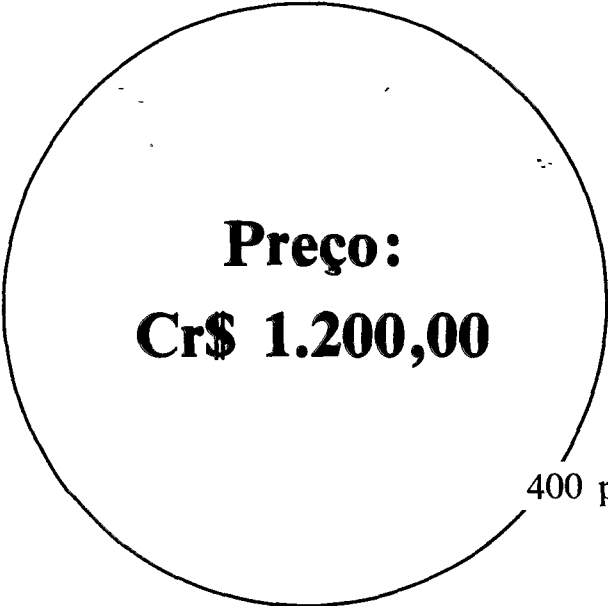
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)
(9ª edição — março de 1984)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.



Preço:
Cr\$ 1.200,00

400 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00